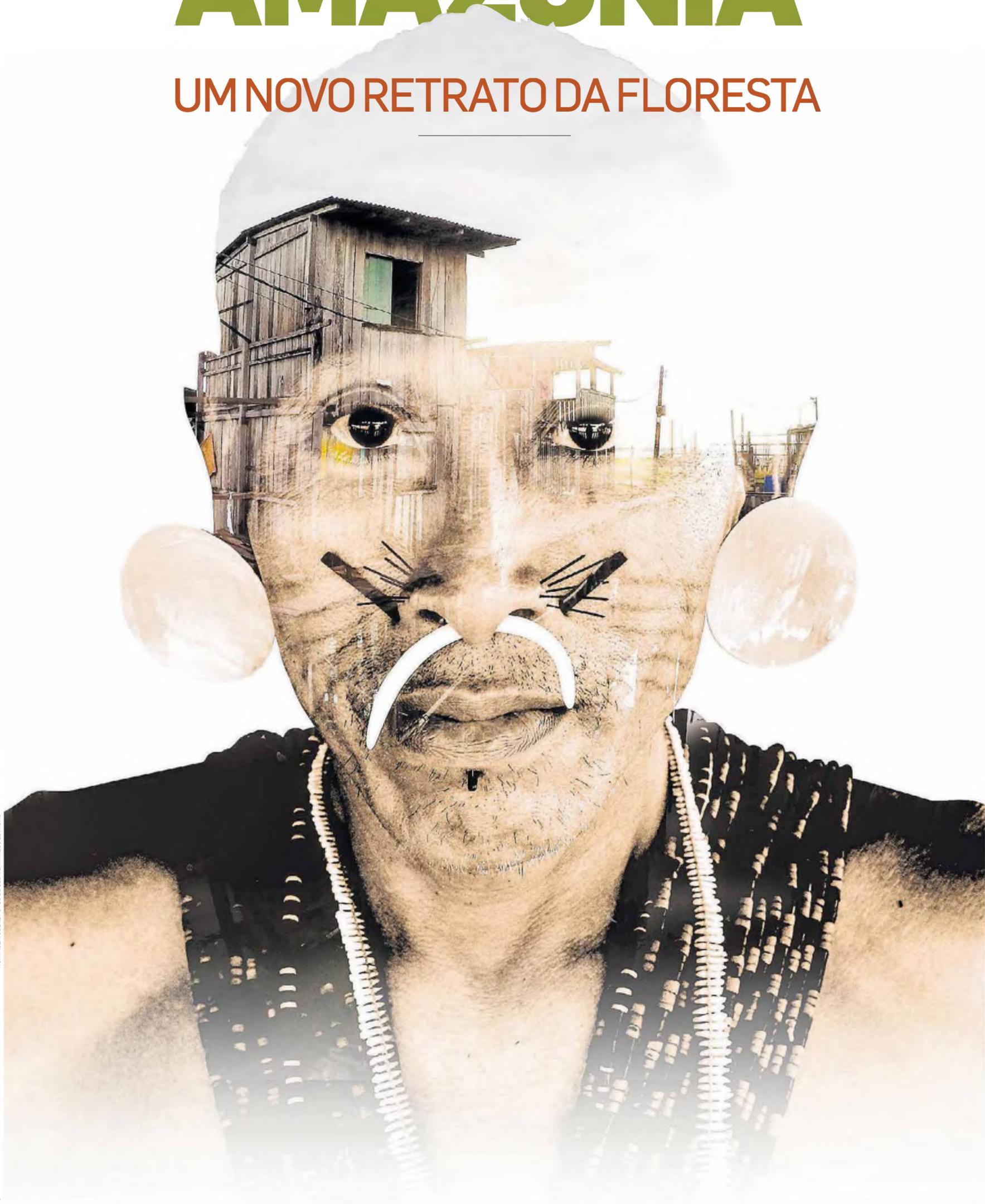


FAVELA AMAZONIA

UM NOVO RETRATO DA FLORESTA



MONTAGEM SOBRE FOTOS DE DIDA SAMPAIO / ESTACIÃO

Leoncio Nossa (TEXTOS) & Dida Sampaio (FOTOS)

Um terço da população das grandes e médias cidades da Amazônia **vive em territórios do tráfico e com violações de direitos humanos**. Nas periferias da maior floresta tropical, a qualidade de vida é pior que nos morros e nas favelas de Rio de Janeiro e São Paulo. O Estado encontrou uma nova realidade na Região Norte, onde **máfias desviam cartões do Bolsa Família e da Previdência**, grupos manipulam relatórios de vacina e mortalidade infantil e **milícias tomam o espaço** dos antigos pistoleiros. Diante do **aumento do êxodo** provocado por políticas públicas, a fronteira e a mata perdem moradores e os assassinatos de sem-teto nas periferias superam homicídios por disputas de terra. Em defesa de seus direitos, uma nova geração de lideranças sociais **desafia poderes paralelos** nos centros urbanos amazônicos.



Do facção caiapó ao robô-metralhadora do grafite

37,4% da população das maiores cidades da Amazônia vive em área de tráfico de drogas; na era da tecnologia e das redes sociais, brasileiros à 'margem da história' sobrevivem em favelas e periferias sem direitos há décadas garantidos em outras partes do País

É tempo de crime, fúria e ódio extremos na floresta. A Amazônia revive a explosão da violência de morros e periferias de Rio de Janeiro e São Paulo dos anos 1980, a "década perdida". Hoje, 37,4% da população das 62 cidades de mais de 50 mil habitantes da Região Norte mora em áreas de tráfico de drogas.

Levantamento do Estado confrontou mapas de devastação ambiental, dados de prefeituras, relatórios de secretarias de segurança, depoimentos de autoridades e ativistas. Há um paradoxo. No momento em que está mais conectada, a floresta se afasta da curva da melhoria de vida do Centro-Oeste, Sudeste, Sul e Nordeste.

A Amazônia que gerou discursos acalorados sobre internacionalização é hoje uma "colcha" de áreas onde o Estado brasileiro não entra com agentes de segurança e, muito menos, profissionais de

saúde e educação. Ao contrário do que temiam nacionalistas e militares, o território não foi fechado por governos estrangeiros, mas por pequenos poderes internos. Pela dimensão, a floresta segue de pé em muitos trechos. O homem que vive nela, porém, está sem assistência. Na era de tecnologia e redes sociais, brasileiros da "margem da história", termo usado por Euclides da Cunha na viagem aos Rios Madeira e Javari no começo do século 20, estão hoje sem direitos garantidos há décadas em outras partes do País.

A ausência de uma rede de proteção social torna as favelas amazônicas – conhecidas por baixadas, quebradas e invasões – mais distantes de setores produtivos e empregos que as áreas desenvolvidas do País. De acordo com o *Mapa da Violência 2015*, a Região Norte teve aumento de 135% nos homicídios de 2002 a 2012, período em que Rio e São Paulo apresentaram quedas superiores a 50%.

O sistema de grandes obras, que rendem empregos em massa, mas temporários, e commodities não garantiu uma economia inclusiva e programas de distribuição de renda não atendem a complexa realidade amazônica. Embora a região seja mais urbana que rural há duas décadas, flagelos de suas cidades costumam ser encobertos pelos problemas do "paraíso verde" desde 1989, quando a índia Tuira Caiapó encostou um facção num diretor da Eletro Norte em protesto contra hidrelétrica no Xingu. Com passado de extermínio de guerrilheiros, sindicalistas, sem-terra e religiosos, a região vive nova era de mobilização. É a "cena" de uma geração sem vínculos com entidades nacionais, que se articula nas redes sociais e orbita pela cultura em reação à violência e às desigualdades. Grafiteiros desenham robôs-metralhadora e uma teia de resistência, ainda que frágil, expressa-se com rap, dança e documentários.

Degradação

TICUNAS VIVEM EM LIXÃO NA FRONTEIRA

É começo de tarde em Tabatinga, principal cidade do Alto Solimões, no Amazonas, fronteira com Colômbia e Peru. Nessas margens de rios e igarapés mora boa parte dos índios da etnia ticuna, a maior do Brasil. São 46 mil pessoas espalhadas por cidades brasileiras e países vizinhos. A proximidade das aldeias com o centro de Tabatinga praticamente transformou as terras desses índios em bairros periféricos.

Não há, porém, integração dos ticunas com o mercado de trabalho. A situação não é mais fácil para ribeirinhos e brancos pobres. Em 2002, a cidade tinha 22 mil moradores. Hoje, o Exército continua sendo o maior empregador do município, com cerca de mil militares, seguido de outros órgãos públicos. Não houve expansão de lavouras nem investimentos produtivos. A cidade, porém, tem agora 60 mil habitantes.

O IDH de Tabatinga é de 0,616, o mais alto do Alto Solimões. Esse índice tem por base a expectativa ao nascer, o acesso ao conhecimento e o padrão de vida. A média dos municípios do Alto Solimões é de 0,533, índice inferior ao de favelas do Rio, como Maré (0,686) e Morro Dona Marta (0,684).

A agricultura de Tabatinga não supre a demanda dos restaurantes e mercearias. Hortaliças e verduras vêm do lado peruano. A pequena produtora Dira Silfuentes, de 46 anos, sugere à reportagem visitar Santa Rosa, onde produz hortigranjeiros. Ela diz que a comunidade sofre com um lixão aberto pela própria prefeitura. No dia seguinte, vamos ao local, a 10km do centro de Tabatinga. O lixo da cidade é descarregado numa área de lotes públicos e até ruas. Um riacho de chorume desce pelos igarapés do Tacana e do Umurutama até desembocar no Solimões, na altura da comunidade indígena Belém do Solimões.

Os pequenos agricultores usam água de poços artesanais para cuidar de hortas e animais.

Marcelo Ticuna, de 9 anos, disputa com índios adultos os melhores lixos e latinhas de alumínio despejados por comerciantes e funcionários da prefeitura. O corpo franzino desaparece entre revoadas de urubus e curvas da montanha de dejetos, móveis velhos, ferros, plásticos e material em decomposição. Sua mãe, Rosa, também trabalha no lixão. Com problemas de pressão, ela se recolhe de tempo em tempo numa barraca improvisada de lona, onde também dá atenção a três filhos menores. A família mora em Letícia, no lado colombiano. Chega às 8 da manhã no lixão e trabalha até as 17 horas.

Helena Januário Caetano, de 51 anos, índia da Aldeia Umariáçu, encostada ao centro de Tabatinga, também chega cedo. Por volta das 7, começa a trabalhar. O marido está doente e o único filho, desempregado. Para ajudar no sustento da casa, ela ainda roça lotes. Antônio Ticuna, de 40, pai de cinco filhos, é outro índio que depende do lixão. "De onde vou tirar dinheiro para comer?

Às vezes, a gente consegue tirar R\$ 5, R\$ 2. Às vezes, volta com fome para casa."

Suja e violenta. Nos três primeiros meses de 2015, nove pessoas foram assassinadas em Tabatinga. Foram 17 mortos no ano passado, 27 em 2013 e 47 em 2012. Pelas contas da Polícia Militar, 80% dos casos tiveram o tráfico de drogas como causa.

"O comprador de entorpecente quando não paga à vista perde a vida", diz o major Huoney Herlon Gomes, do 8.º Batalhão da Polícia Militar do Amazonas, que responde pelo Alto Solimões, uma área de 260 mil pessoas. "Aqui não há latrocínio. Há o crime de pistolagem mediante pagamento do tráfico."

Até o ano passado, não havia Corpo de Bombeiros em Tabatinga. Ainda não há Departamento de Trânsito. A rede de esgoto e água é só um projeto. A cidade é formada por ruas e ruelas cortadas por canais de detritos. "Aqui é ponto estratégico do Estado Brasileiro, mas a economia não gera recursos", diz Herlon.

Barracos são erguidos da noite para o dia. Uma dezena apareceu sobre um igarapé que desemboca no Solimões, no bairro Dom Pedro. O agricultor Barnabé Oliveira, de 54 anos, conta que mora ali desde os anos 1990. Ele mostra casas por cima das águas. "Interromperam o curso do igarapé", conta. "Todo dia chega gente para fazer sua casinha. Geralmente é peruano."

Sem opções de renda, índios catam latinhas e comem restos despejados pela cidade de Tabatinga



Liderança marubo denuncia genocídio silencioso nas aldeias

Para uma das principais lideranças indígenas do Vale do Javari, Beto Marubo, de 38 anos, o governo não se preocupa em fazer uma política social que leve em conta a realidade e o modo de vida das aldeias. "Programas sociais são criados para pessoas que passam fome nas cidades. Nós não passamos

fome no território indígena. Mas aí o parente sai da aldeia, viaja dias e mais dias para receber o benefício na cidade e nem sempre volta", afirma. "Parentes estão sendo induzidos pela cidade por causa de políticas públicas mal empregadas. Há uma atração mortal."

A família do índio Narkoá Mayuru-



Choque cultural. Criança indígena mostra mão pintada em Tabatinga

na, de 32 anos, é um exemplo. Após sete dias numa canoa de motor de baixa potência, ele, a mulher, Rosa, de 29, e a filha de 1 ano chegaram a Atalaia do Norte em 15 de abril para sacar o dinheiro do Bolsa Família e do auxílio-maternidade. A ideia era voltar logo para a Aldeia Soles, no Javari, no dia 20, depois de sacar os benefícios. Mas o custo da viagem foi além do previsto e a família teve de ficar um tempo alojada num grande barracão de uma seita evangélica até comprar a gasolina do retorno. Quando a reportagem deixou

MUNICÍPIOS VISITADOS



VOCÊ VAI LER NESTE ESPECIAL

- PÁGS. H2 e H3** ● **Até crianças da maior etnia indígena sobrevivem de lixo.** Ticunas enfrentam drama social no Amazonas
- PÁG. H4** ● **Êxodo reduz população de municípios amazônicos.** Jovens indígenas trocam aldeias por vida nas cidades
- PÁG. H5** ● **Máfia desvia cartões do Bolsa Família.** Benefícios de famílias indígenas são controlados por comerciantes
- PÁGS. H6 e H7** ● **Favelas e violência marcam cenário urbano da região.** Jovens usam arte como forma de resistência
- PÁG. H8** ● **Grupos independentes tomam lugar do MST na luta pela terra.** Sobe número de assassinatos de sem-teto
- PÁG. H9** ● **Compensação por Belo Monte ainda não chegou às cidades do Xingu.** Tuira Caiapó perde luta contra usina
- PÁGS. H10 e H11** ● **Após epidemias, índios 'felinos' enfrentam novo desafio.** Mortalidade infantil aumenta no Vale do Javari
- PÁG. H12** ● **Antes isolados, corubos sentem poder do branco.** Contatados em 1996, eles vestem roupas e pedem objetos

NA WEB

- **Multimídia.** Especial interativo sobre a expedição
- **Reportagem.** Relatos e entrevistas inéditos
- **Galerias e vídeos.** As melhores imagens registradas na viagem, da vida nas tribos à miséria das favelas urbanas estadao.com.br/e/favelaamazonia



Entre urubus. Marcelo Ticuna, de 9 anos, na montanha de dejetos

Levantamento durou 15 meses e usou dados de 62 municípios

Recorremos até a mapas de desmatamento para tentar revelar o poder do crime nas cidades. No levantamento da influência do tráfico de drogas na Região Norte, usamos fontes diversas e improváveis, como dados de satélites do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) e do Imazon de queimadas, mapas de bairros de prefeituras e dos Correios, relatórios de empresas de água e energia.

Em 15 meses de pesquisa, visitamos 28 municípios e ouvimos moradores, autoridades de segurança pública, ativistas. Em bairros de mais de 15 mil pessoas, o peso de depoimentos de agentes de segurança foi maior para estipular quantos moradores havia em trechos de risco.

Foram usados registros de 39 municípios do Pará, 8 do Amazonas, 7 de Rondônia, 3 do Tocantins, 2 do Amapá, 2 do Acre e 1 de Roraima. Com a lista dos mais populosos, recorremos a prefeituras e ao IBGE para obter área, população, nomes de bairros e invasões. Em Belém, por exemplo, foram analisados 70 bairros – do Guamá, com 94 mil habitantes, ao Maraú, de cem.

É comum, especialmente na área metropolitana de Belém, que milícias – grupos de policiais ou ex-policiais que vendem segurança a empresas e moradores, além de armas e munições – atuem em áreas do tráfico. Às vezes, o homem da milícia também negocia drogas.

Por usar depoimentos orais, essa pesquisa sugeriu que um número mais exato só é possível em recortes específicos de datas. Campanhas das forças repressivas do Estado podem alterar o mapa de atuação de gangues, embora tenham se solidificado nas capitais áreas históricas dominadas pelo crime. É o caso da Estrada Jurunas, com 64 mil pessoas, onde falta de planejamento urbano e mazelas sociais isolaram a população de benefícios básicos. O recorte final usado nesta reportagem foi o mês de maio deste ano. As atualizações começaram assim que os registros foram sendo coletados.

Sem a rigidez de uma pesquisa acadêmica ou oficial, esse levantamento é apenas uma sugestão de análise sobre o que ocorre em Manaus, Belém, Ananindeua, Porto Velho, Macapá e Rio Branco, para citar as seis cidades com mais de 400 mil moradores. Em Marabá, de 243 mil habitantes, constatou-se que o tráfico está presente na vida de 43% da população. O prefeito, João Salame (PROS), é “mais conservador”: segundo ele, um terço estaria nessa situação.

o local, duas semanas depois, eles ainda continuavam na cidade.

Beto ressalta que o governo também é ausente na aplicação de benefícios e na melhoria da saúde e da educação indígena. “Os parentes estão esquecidos nas aldeias. Por isso, o êxodo para a cidade é forte. As políticas sociais estão distantes de onde deveriam ser aplicadas, isto é, dentro da terra que conseguimos demarcar com tanta luta”, ressalta. “Antes da demarcação, em 1996, a gente vivia acuado por madeireiros e caçadores. Agora, são problemas de

saúde e educação que ameaçam nosso modo de vida. Há um genocídio silencioso, com mortes por falta de assistência à saúde e de políticas sociais que levem em conta nossos costumes.”

De 2002 para cá, rincões do Nordeste e do Centro-Oeste e favelas do Sudeste mudaram para melhor. É impossível negar a eficiência do Bolsa Família, programa que foi capaz de tirar milhares de pessoas da miséria. No Alto Solimões, porém, tem se a impressão de que uma política social mal aplicada tem efeito contrário. Investimentos

na redução da pobreza levaram em conta experiências de metrópoles dos grandes Estados. Receitas aplicadas por governos de esquerda nas periferias de São Paulo, Belo Horizonte ou Porto Alegre foram usadas sem adaptação para a floresta. Não houve liderança de destaque na Amazônia para fazer o contraponto. Aliás, os nomes da esquerda na região, na maioria das vezes, só ganham projeção nacional em casos-limite. Chico Mendes e Dorothy Stang, por exemplo, passaram a ter “influência” depois de assassinados.



Beto Marubo. Problemas de educação e saúde ameaçam o modo de vida indígena



Êxodo diminui população de municípios do Amazonas

Considerada pelo governo 'muro' de preservação da floresta, Zona Franca despovoou fronteira

Ele é cacique de uma das maiores tribos da Amazônia. Jair Miranha, de 39 anos, deixou há dez a Aldeia Mirantu, em Uarini, no Médio Solimões, para tentar a vida em Manaus. Foi na periferia da capital amazonense que ele começou a participar do movimento por moradia e formou uma aldeia de traços urbanos, mas que abriga índios de pelo menos 14 etnias e ribeirinhos de incontáveis comunidades do interior. Batizada de Nações Indígenas, a invasão tem cerca de 3 mil moradores.

Jamais o cacique teria sob seu poder uma aldeia com tanta gente se continuasse na floresta. Miranha costuma repetir uma frase em suas entrevistas: "Não foi o índio que chegou à cidade, foi a cidade que chegou ao índio". A invasão liderada por ele surgiu numa área da periferia de Manaus reivindicada por empresários e prefeitura.

O déficit habitacional indígena na cidade, estimado em 11 mil moradias, representou ganhos políticos para o governador José Melo de Oliveira (PROS) e o prefeito de Manaus, Arthur Virgílio Neto (PSDB). É que eles contaram com o apoio de Miranha em suas vitoriosas campanhas eleitorais. Da Nações Indígenas, podem ter saído votos que Oliveira e Neto teriam de conseguir com muito esforço e dinheiro para deslocamento às tribos longínquas de miranhas, ticunas, saterés, cocamas, piratapuias, muras cambebas, tucanas, apurinãs, mundurucus, caixanas e araras, etnias presentes na comunidade.

Em 2011, a polícia entrou na invasão e derrubou os barracos de compensado e lona de caminhão, para desespero de mulheres e crianças que tiveram de sair às pressas. A Justiça havia dado direito de reintegração de posse a um empresário local. Famílias voltaram a ocupar a área. No começo deste ano, a mesma Justiça deu ganho de causa à prefeitura, que alega ser a verdadeira dona do terreno.

"Eu tenho um sonho como cacique: o Amazonas poderia criar um bairro indígena em Manaus, com características próprias, escolas e postos de saúde voltados à nossa cultura", afirma Jair. "Dizem que somos índios urbanos. Não, somos apenas índios."

Ele está à frente da resistência a uma nova ação de retirada das famílias da Nações Indígenas. A comunidade tem um grupo de "guerreiros" que vigia as ruínas e seria acionado em caso de novo despejo. O cacique,

o governador e o prefeito são personagens que emergem de uma Amazônia marcada pelo êxodo e pela pobreza vivida por quem quer um lote de terra na capital.

Zona Franca. Ao anunciar a proposta de prorrogar incentivos à indústria em Manaus, a presidente Dilma Rousseff argumentou, em 2011, que a Zona Franca – maior fator de atração de migrantes da Região Norte – era a garantia de preservação da Amazônia. "Na verdade, o que estamos fazendo é levantar um muro de proteção da floresta e da biodiversidade", afirmou. A construção do muro, no entanto, despovoou a fronteira, abrindo espaço para desmatamento e tráfico.

Nos últimos dez anos, 48 dos 62 municípios do Amazonas registraram declínio populacional. O isolamento de aldeias e vilas ribeirinhas não foi compensado por políticas de educação e saúde eficientes nem por outros benefícios garantidos nas cidades. Também não houve investimentos em pesquisa e tecnologia na floresta com a maior biodiversidade do planeta.

Ao discutir a Amazônia, a opinião pública de Rio de Janeiro, São Paulo e Brasília sempre priorizou debates carregados de paixão e preconceito sobre o tamanho dos territórios indígenas, ignorando o fato de que 12,5% das terras brasileiras nas mãos dessas comunidades tradicionais – o equivalente a 106,7 milhões de hectares – representaram, a partir da Constituição de 1988, florestas e mananciais sob controle da União, geralmente preservados, e a presença do homem nas fronteiras.

Números. Manaus lidera o ranking das 16 regiões metropolitanas brasileiras com pior IDH. Em seguida vem Belém. A mancha urbana de Manaus e municípios vizinhos, área onde vivem 2,3 milhões de pessoas, tem IDH de 0,720. A região de Belém, com 2,5 milhões, apresenta índice de 0,729. Esse percentual mostra melhoria de indicadores de 2000 a 2010. Isso pode ter ocorrido, segundo autoridades, pela prioridade dada pelos governos a regiões metropolitanas em detrimento do interior dos Estados.

No Amazonas, que tem território maior que o do Nordeste, a capital abriga 78,4% dos habitantes. A densidade demográfica de Manaus é de 177,2 pessoas/km², índice bem superior ao estadual – 2,4. No Pará, a distribuição é maior: em Belém vivem 17,5% da população do Estado, uma densidade de 6,4 moradores/km².

Nas portas dos barracos, desenhos de animais mantêm tradição ticuna

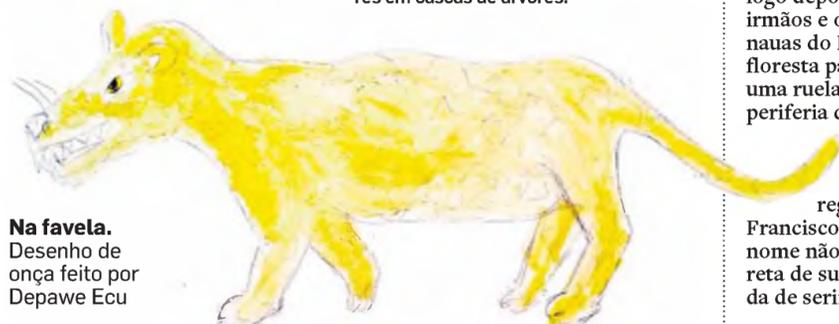
É pelo Solimões, primeiro nome do Rio Amazonas em território brasileiro, que segue o fluxo do êxodo do interior do Estado para Manaus. Migrantes saem de cidades sem oferta de trabalho ou de municípios que abrigam grandes projetos. É o caso de Coari, sede do complexo de gás da Petrobrás, que também despeja migrantes na capital.

Depawe Ecu, de 36 anos, ticuna de Santo Antônio do Itá, cidade próxima de Tabatinga, no Alto Solimões, mudou-se com a mulher, Zila, e três filhos para facilitar o tratamento da epilepsia. Depois vieram um irmão e dois primos. "O que a gente precisa não tem lá. To-

mo remédio controlado de três em três horas. Se continuasse na aldeia, teria de gastar R\$ 500 com passagens de barco de ida e volta."

Com a ajuda de uma família de Manaus, Bianca, de 18 anos, filha de Depawe, conseguiu bolsa numa faculdade de comunicação. Deidson, de 14, e Fred, de 9, estudam num colégio afastado do bairro e falam em seguir carreira de policial ambiental ou federal, profissões conhecidas no Alto Solimões, rota de traficantes e madeireiros.

Depawe participa de mutirões de pintura no bairro. Virou costume entre moradores pregar desenhos de animais e árvores nas portas dos barracos para identificá-los. O costume está associado à tradição dos ticunas, lendários no passado pelos desenhos de onças, macacos, cobras, capivaras, antas e jacarés em cascas de árvores.



Na favela. Desenho de onça feito por Depawe Ecu



Zaulo. Adolescente de tatuagem e cabelo amarelo não quer trocar favela por aldeia: 'O que tem no mato?'

Choque de gerações

NO ACRE, JOVEM ÍNDIO VIRA 'BUGIO'

Os índios mais velhos dizem que o menino resolveu virar "capelão", um bugio de pelos avermelhados que emite um som estrondoso. Zaulo, de 16 anos, pintou os cabelos de amarelo, fez um raio na altura da nuca e pôs brincos. A mudança no visual ocorreu logo depois que ele, os pais, os irmãos e outras 15 famílias jaminauas do Rio Iaco migraram da floresta para o Beco do Adriano, uma ruela da Favela da Pista, na periferia de Sena Madureira, a 143 km de Rio Branco, no Acre.

No cartório, ele foi registrado como Paulo Francisco Jaminaua. Seu sobrenome não é uma referência correta de sua etnia. Desde a entrada de seringalistas pelos Rios

Ucayali, Purus e Juruá, no começo do século passado, tornou-se comum nomear genericamente assim todos os grupos e clãs do tronco linguístico pano da região que abrange terras e águas de Brasil, Bolívia e Peru, como os xixinauas, curunauas, xaranauas, iauanauas, mastanauas, baxonauas e xapanauas. A etnia "genérica" foi descrita por Euclides da Cunha no relato de uma expedição em 1904.

O avô paterno e a avó materna de Zaulo são iauanauas. O avô materno e a avó paterna, xixinauas. Como é comum nas aldeias, o garoto recebeu dois nomes. A mãe, Evânilde, o batizou de Pacadê; o pai, Bernardo, de Dixu. Um irmão, com dificuldades para pronunciar Paulo, o chamou de Zaulo. É o nome que tatuou no braço esquerdo.

Zaulo cursa a 6.ª série na escola estadual Instituto Santa Júlia, no centro de Sena Madureira. Bernardo, o pai, era professor na Aldeia Guajará no Rio Caeté, a um dia e meio de lancha "voadeira". Com cirrose, ele se mudou com a família para a cidade. Hoje restam poucas pessoas na Guajará. No Beco do Adriano, Bernardo montou uma pequena venda de refrigerantes e balas.

O garoto fala pouco. Conta apenas que gosta de jogar bola como zagueiro e às vezes tem dificulda-

de nas aulas. Não imagina voltar à aldeia. "O que tem lá no mato?", pergunta.

José Correia, jaminaua que trabalha na Funai, diz que a etnia vive um "massacre lento". "Aqui na cidade, os índios não têm condições de disputar emprego com branco. Às vezes, o comércio oferece uma vaga de atendente. Sem condições, eles ficam nessas periferias onde só tem o que não presta."

De frente para o centro de Sena Madureira, na outra margem do Iaco, surgiu nos últimos anos a ocupação Segundo Distrito. Na beira do rio, jovens índios visivelmente drogados cambaleiam. A situação dos adolescentes chama a atenção do cacique Sebastião Jaminaua. "A rapaziada não obedece. A gente pede para não beber, mas bebe." Segundo ele, o "problema grande" ocorre quando os jovens chegam à cidade. "Tem índio que vem, mas não quer voltar para a aldeia, acostuma com o branco." Um adolescente indígena passa com um cigarro de maconha. "Antes, nossa cultura não usava esse bicho. Hoje, essa rapaziada só quer usar drogas. É igual capelão. Vive um dia num pau, enjoa, vai para outro canto. Não tem paradeiro."

Máfia controla beneficiários do Bolsa Família

Esquema de desvio de dinheiro de cartões sociais do governo envolve comerciantes e lotérica; prática lembra sistema escravocrata



Exploração. Maria e Raimundo conseguem resgatar cartão do Bolsa Família que estava com o comerciante Luciano, de camisa preta

O casal Maria Nascimento Rodrigues Canamari e Raimundo Canamari, da Aldeia Bananeira, em Atalaia do Norte, no Amazonas, perdeu há dois meses o filho Rogério, de 1 ano e 2 meses. “Morreu de vômito, de diarreia”, relata a mãe. “Eles (*agentes de saúde da aldeia*) não cuidaram do meu filho”, reclama. A criança, segundo o Ministério da Saúde, morreu de desnutrição.

Maria recebe R\$ 154 por mês do Bolsa Família. No entanto, o cartão do programa está nas mãos do comerciante Luciano Rodrigues por causa de uma suposta dívida que não para de aumentar. O tempo dos barracões e regatões – quando, no começo do século 20, índios e ribeirinhos ficavam nas mãos de “patrões” e viviam em sistema de escravidão, com dívidas impagáveis – está de volta ao Alto Solimões. Era comum também donos de seringais cobrarem pelos alimentos valores que jamais eram saldados com o trabalho forçado nas estradas do látex.

Com o casal, fomos procurar Luciano. Nossa aparência, não muito comum na região, deve ter feito o comerciante pensar que éramos homens do governo. Maria pede seu cartão na língua canamari. Luciano, que também é canamari, responde algo, sem tirar os olhos da gente. Sem me identificar, pergunto qual é a dívida dela. Rodrigues responde que chega a “R\$ 200 e pouco”. Digo simplesmente que ele deve entregar o cartão de Maria. “Ela deixou o cartão empenhado aqui”, argumenta.



Illegal. Renikson mostra cartão do Bolsa Família da matis Jocelina

Ele se levanta de uma cadeira, sai do comércio e volta minutos depois com o cartão de Maria. Diz que também é índio canamari e trabalhou anos como regatão – comerciante que navega pelos rios e igarapés trocando produtos industrializados por peles de animais, peixes secos e frutos da floresta. Pergunto se é verdade que ele teria mais de 60 cartões. “Tenho mais ou menos oito, mano. O pessoal conversa muito.” Insisto: “Mas quantos cartões da Previdência o senhor retém?” “Eu tenho três cartões de aposentados.” “E quantos de Bolsa Família?”, pergunto. “Tenho mais ou menos oito de Bolsa Família.”

A uma pergunta se outros comerciantes retêm cartões, Rodrigues responde: “Rapaz, é tudo regatão. Muita gente dessas lojas grandes também faz”. Ainda pergunto se ele tem dificuldade de sacar os benefícios na casa lotérica São Sebastião. “Só com documento mesmo. Muitos não tiram, não. Só com cartão não tira, não. Só sai com a senha”, esclarece – ele tem as senhas dos cartões. Por fim, pergunto se Dênis Paiva, dono da lotérica, sabe do esquema. “Às vezes eu tiro lá. Só com a senha.”

Procuramos Paiva, mas ele tinha deixado a cidade e não tinha previsão de retorno. Tentamos fazer um contato

por telefone, mas o comerciante não respondeu às ligações.

Prova. Em outro comércio, acompanhamos a índia Joana Matis para falar com Renikson Monteiro. Lá ela diz que precisa saldar a dívida da irmã, Jocelina Nascimento Matis, que mora numa aldeia distante e deixa o cartão com o comerciante. A dívida dela chega a R\$ 540, segundo Renikson. Joana pede para ver o cartão, pois precisava do número para um cadastro. Precisávamos de uma prova de que Monteiro também atuava no esquema dos cartões. Ele vai até o andar superior do prédio onde funciona seu comércio e volta com o cartão de Jocelina.

Depois, descemos até o centro comercial na beira do Rio Javari com o aposentado Pekompa Marubo, da Aldeia Boa Vista. Em novembro, ele deixou seu cartão da Previdência com o comerciante João Barbosa, o João Alma de Gato, em troca de rancho (*comida*) e gasolina para voltar à aldeia. Em abril deste ano, Pekompa retornou à cidade para tentar reaver o cartão.

No comércio de Alma de Gato, a atendente diz que não está com o cartão. Para complicar, uma outra mulher diz que estávamos filmando. Diante de nossa insistência para informar o total

da dívida dele, a atendente retira um caderno da gaveta com dezenas de extratos bancários de saldo e retirada de dinheiro. Um deles é da conta de Pekompa. Ele estaria devendo R\$ 800. Um dia depois, Pekompa nos procura. Ele diz que Alma de Gato devolveu seu cartão.

Barracões. Varney da Silva Tavares Canamari, presidente da Associação dos Canamaris do Vale do Javari, diz que tenta há tempo convencer os “parentes” a não entregar os cartões aos comerciantes. “O Bolsa Família está trazendo muito problema. O parente deixa a aldeia e vem para a cidade. Ele compra fiado uma vez e quatro meses depois o patrão (*comerciante*) diz que a dívida ainda não está paga. Então, o parente fica por aqui, sem comida para a criança, que adocece”, afirma. “Eu digo: ‘Parente, fica três meses na aldeia. Com três meses você volta e faz a compra.’”

Também representante da associação, Leonardo Gomes Canamari, tesoureiro da entidade, diz que Luciano e outros comerciantes cobram até R\$ 180 por um cartucho de espingarda de caça de 25 balas que custa em média R\$ 70. “Eles dobram o preço dos produtos”, lamenta. “E sabem que cometem um crime.”

No passado, índios e ribeirinhos davam peles, peixes secos e borracha para abater dívidas intermináveis

‘Isso é um crime de comerciantes e lotéricos’, afirma ministra

A prática de comerciantes de Atalaia do Norte de reter cartões do Bolsa Família indignou a ministra do Desenvolvimento Social, Tereza Campello. Ao assistir aos vídeos do *Estado*, ela prometeu acionar a Polícia Federal. “Não é que seja apenas incorreto. Isso é um crime de comerciantes e lotéricos, que tiram o direito das pessoas. A polícia precisa tomar providência. Eu não posso tomar conhecimento dessa situação e não tomar uma atitude.”

No comando de um programa de inclusão social que atende 14 milhões de famílias e coleciona sucessos País afora, Tereza Campello avalia que é preciso conhecer realidades como a dos beneficiários do Vale do Javari e outras áreas indígenas. “Uma coisa é ele (*índio*) ter direito como brasileiro; outra é a gente, ao levar o Estado, estar desorganizando essas comunidades. Há uma linha tênue aí”, afirma. “Não é o

Estado chegar e impor o Bolsa Família. É preciso conversar. Ainda temos um longo caminho pela frente. É um momento de conhecimento.”

Atualmente, 133.161 famílias indígenas recebem o Bolsa Família no País. Houve um aumento de 28,42% no atendimento desde 2011. Ela reconhece que essa população precisa de atendimento diferenciado. “Estamos lidando com uma situação delicada. Dependendo da ação, você destrutura uma sociedade inteira. É diferente de lidar, por exemplo, com a população de rua, que no caso temos experiência.” Embora diga não ser possível tirar das lotéricas a distribuição do Bolsa Família pelo fato de o programa não ter rede de atendimento, a ministra diz que pretende chamar associações do setor para cobrar responsabilidade.

Nos últimos anos, Tereza Campello tem feito alterações no cadastro único

dos beneficiários do Bolsa Família para incluir uma variedade de questionamentos e entender públicos específicos atendidos pelo programa, como indígenas, ciganos, comunidades de terreiros, quilombolas e ribeirinhos. “O cadastro único era uma coisa homogênea. O Bolsa Família conseguiu chegar ao País porque é algo simples. Mas a gente sabe que precisa conhecer mais. A gente passou a ter suplementos para públicos diferenciados, a buscar informações diferenciadas. Isso nos ajudará a fazer política pública, que não pode ser igual para to-

do mundo.”

A ministra decidiu retirar a exigência no cadastro do endereço fixo para atender ciganos e outros povos nômades. Ela reclama que prefeituras têm colocado empecilhos para cadastrar famílias indígenas. Aumentar o prazo para retirada do benefício tem um efeito colateral,



Tereza Campello. ‘Ainda temos um longo caminho pela frente’

avalia. “Se o índio sacar um bolo de dinheiro por ano, poderá ser roubado. Não se cumpre a função de um programa regular de alimentação.”

Tereza Campello relatou que técnicos do ministério já haviam identificado alguns problemas vistos pela reportagem, como a retenção de cartões por comerciantes, mas a punição esbarra na falta de provas.

Caso a caso. A ministra observa que, no caso da população indígena, 40% das famílias estão em extrema pobreza. “São cidadãos que têm os mesmos direitos de outros brasileiros. O esforço agora é saber chegar para garantir direitos respeitando culturas”, diz Tereza Campello. “Uma distribuição de cesta básica com produtos como açúcar, por exemplo, pode causar prejuízos às culturas indígenas. Não pode haver solução pasteurizada. As situações de um índio no Espírito Santo e outro na Amazônia são diferentes.”



Marabá sofre com explosão de violência

Tráfico mata 25 pessoas por mês na cidade com forma de castanheira e IDH inferior ao dos Complexos do Alemão e da Maré

No mesmo dia de março em que chegou ao bairro da Coca-Cola, uma invasão na periferia de Marabá, Esmael Pereira, de 16 anos, foi cercado por quatro homens num barraco, amarrado a uma cadeira e executado. Para a polícia, ele foi considerado um intruso pelos traficantes.

Coca-Cola, Fanta, Infraero, Vila do Rato e São Miguel da Conquista são algumas das invasões que surgiram nos últimos anos em Marabá, sem saneamento nem segurança, formadas na pressão do fluxo de migrantes do Maranhão e de municípios vizinhos atraídos por projetos de mineração e pecuária. Mesmo com a inclusão de bairros ricos, mais estruturados e antigos, a cidade tem IDH de 0.668, inferior às taxas dos Complexos do Alemão (0.711) e da Maré (0.722), no Rio.

Ao contrário de outras cidades do Complexo de Carajás, Marabá não sofre neste ano com a queda das exportações de commodities. No primeiro trimestre, exportou 102 mil toneladas de cobre do Projeto Salobo, da Vale, e aumentou a venda de carne bovina e manganês. Já o incremento das exportações do município na balança comercial atinge quase US\$ 100 milhões de dólares – 35% mais que o percentual



● **Estátua na Transamazônica**
Uma réplica da Estátua da Liberdade foi instalada por uma loja de departamentos de Marabá na frente da BR-230, a lendária Transamazônica. Um comércio variado funciona nas margens de trechos urbanos da rodovia para atender uma nova classe média que vive de projetos de mineração e do agronegócio.

na balança, emprega menos de 3 mil pessoas, a maioria mão de obra qualificada vinda do Sudeste. Não há expansão de empregos indiretos.

O delegado Álvaro Ikeda trabalha com dois investigadores para cuidar de todo o município, onde 25 pessoas em média são assassinadas por mês. Delas, 80% são mortas pelo tráfico. Em 75% dos assassinatos, não se chega ao autor.

Só nos três primeiros meses de 2015, o tráfico superou o número de mortos da lendária Guerrilha do Araguaia, nos anos 1970. “Isso tudo é reflexo da falta de estrutura para atender a migração atraída pelos investimentos da Vale e das obras das empreiteiras. A taxa de escolaridade é baixa, não há emprego para quem chega às invasões urbanas. Não existe saneamento básico até nos bairros do centro, o que dirá na Coca-Cola e na Fanta”, reflete Ikeda.

História. Quartel-general do Exército na repressão à guerrilha do Araguaia, Marabá ganhou nos anos 1970 um centro urbano em formato de castanheira. O desenho da Nova Marabá incluía troncos (eixos viários), galhos (pistas de acesso) e folhas (bairros). Com o traçado, os militares planejavam uma

cidade sem os impactos das enchentes tradicionais do inverno amazônico.

A ditadura não evitou, porém, que antes mesmo da abertura política a cidade sofresse com o problema da criminalidade e da pistolagem, motivadas pelo garimpo de Serra Pelada e pelas disputas de terras. A política das grandes obras, como a Transamazônica e a Tucuruí, era um incentivo temporário à economia de Marabá. A exploração de minério em Carajás e as fazendas industriais tocadas por bancos privados e multinacionais formavam um sistema de commodities que não garantiu a redução das desigualdades sociais ainda do tempo da exploração da castanha.

Desde o período militar, o Estado brasileiro aposta numa economia pouco diversificada na Amazônia. Mesmo sem queda de preço em suas principais commodities – a carne e o cobre –, o que poderia trazer um impacto imediato para a vida dos moradores da cidade, Marabá não consegue sair do engasamento social. A Vale divulga que repassa as compensações determinadas por lei. A estimativa é de que Marabá receba R\$ 80 milhões neste ano.

Com 243 mil moradores no Censo de 2010 e perto de 300 mil hoje, na

estimativa da prefeitura, Marabá é dividida por gangues e traficantes. Nos cemitérios onde famílias de guerrilheiros procuram pistas dos túmulos dos filhos, as datas nas cruzes primitivas das sepulturas indicam que é cada vez maior o número de jovens de 14 a 21 anos mortos nas periferias. “Você percebeu como tem jovens sepultados aqui?”, perguntou-me a psicanalista Maria Rita Kehl, ex-integrante da Comissão Nacional da Verdade, na manhã de 16 de setembro, quando procurava informações dos jovens dos anos 1970 executados pelo Exército no Araguaia. “Impressionante.” Ela se referia aos mortos da Amazônia atual.

Exército. A presença do Exército na região, um resquício do tempo da guerrilha, não inibe facções criminosas. A 23.ª Brigada de Infantaria de Selva, com sede em Marabá, que abrange cinco municípios paraenses, tem efetivo de 4,2 mil homens. Entrar para a carreira militar é uma rara opção de trabalho para jovens. O problema é que, depois de servir ao Exército, eles voltam para o mercado sem condições de concorrer a cargos e funções em empresas mineradoras, cada vez mais exigentes nos processos de seleção.

Miséria na baixada

JURUNAS, O PORTO DO TRÁFICO NA AMAZÔNIA

O complexo de comunidades da Baixada Estrada Nova Jurunas, quinta maior favela do País, na zona sul de Belém, avança pelas margens e cursos de igarapés e rios que desembocam na Baía de Guajará. O tráfico usa a posição estratégica do cinturão de casebres onde moram 64 mil pessoas para receber e distribuir cocaína, crack e maconha que chegam e saem em embarcações de diferentes tamanhos pelos cais fora de controle da Marinha.

Num dos braços da favela, um paredão de barracos margeia um canal de esgoto e entra quase um quilômetro Rio Guamá adentro. Casebres são erguidos em palafitas, sobre troncos de madeira a três metros do espelho de água escura. As paredes costumam ser de tábuas, lona ou mesmo tijolo. Uma tubulação clandestina de água passa por baixo das moradias. Da bica, ela é puxada por baldes amarrados a cordas. Fios de energia elétrica passam quase encostados aos telhados. Uma casa pegou fogo há dois meses. O incêndio devorou outros três barracos.

Dados do Censo de 2010 mostram que 66% da população da região metropolitana de Belém vive em favelas, chamadas na região de invasões e baixadas. O tráfico controla boa parte de Estrada Nova e Jurunas, conjunto de comunidades nascidas sem planejamento na calada da noite, que costumam ser batizadas por funcionários das Centrais Elétricas do Pará (Celpa). Foi assim com a Vila da Paz. “Não tinha nome. Aqui sempre foi conhecido mesmo pelos corpos que os outros vêm deixar”, conta Maria do Carmo da Silva, de 47 anos. Mãe de quatro filhos, ela relata que poucos saem à noite. Tiroteios são rotineiros.

Um caso ficou famoso. Em 17 de janeiro de 2014, os cabos Max Almeida, de 41 anos, e Wellington Robson Gonçalves, de 36, foram à casa de Alexandre dos Santos, o Peixe Frito, de 19, exigir devolução da bicicleta do filho de Robson. Na volta, foram emboscados. Max levou um tiro fatal acima do olho e o colega, no ombro. Um dia depois, a polícia matou Rato Branco, que estaria com a pistola de Robson. Não houve confirmação de que a arma era do policial. Na segunda-feira seguinte, foi a vez de a polícia matar Anderson Amora. Peixe Frito e Jeferson Costa se entregaram dias depois.



Drama social. Esgoto, lixo e pobreza chamam a atenção em Jurunas, uma das favelas de Belém. Abaixo, à direita, o menino Deividson Leandro Prata da Silva, de 10 anos, percorre pontes improvisadas sobre montes de detritos na comunidade pobre do Tucunduba, onde vive com a família



Arte como resistência. Integrantes do Favela Viva, em Sena Madureira

Para enfrentar gangues, filhos de seringueiros adotam hip-hop

Grupo Favela Viva usa arte para resgatar jovens do fogo cruzado de policiais e traficantes no Acre

Uma legião de seringueiros deixou a floresta das margens do Iaco, no Acre, com a queda bruta do preço da borracha. A maioria foi para a cidade de Sena Madureira. Sem local para morar, eles ocuparam uma área de mata e de várzea na beira do rio. Em poucos dias, a mata foi devastada e surgiram as Favelas de Vitória e Pista, com barracos de lona e madeira, sem energia elétrica nem água encanada. O tráfico chegou em seguida. Dois grupos, em cada comunidade, deram início a uma guerra sangrenta pelo território e controle de ruelas e becos. Traficantes de outros bairros apareceram para apoiar um ou outro lado da disputa.

Há dez anos, o estudante Edimar Almeida de Azevedo, hoje com 26, filho de seringueiros, conheceu um viajante que lhe deu de presente um DVD de dança de rua. “Eu era do mundo. Na época, vi o sofrimento da mãe e do pai, pois era envolvido com a violência do bairro”, relata. “Começamos a imitar os dançarinos do filme. Era descalço mesmo. Passamos mais de um ano dançando descalço. Com um mês, tinha 50 meninos.”

Ele e os amigos começaram a dançar na Escola Maria de Fátima, perto da favela. Depois, a direção do colégio pas-

sou a criar barreiras. Edimar pediu à mãe, Raimunda de Almeida, de 63 anos, que cedesse a parte da frente do terreno da casa. Ela aceitou. O pai, Antonio Marcelino de Azevedo, de 75, também. Raimunda nasceu em Feijó, região do Purus, onde a família vivia da extração do látex. O pai dela, Pedro José de Almeida, saiu do Ceará com a mulher, Maria Joaquina Ferreira, no tempo da 2.ª Guerra para trabalhar nas estradas da borracha. Nascida no seringal do Rio Envira, Raimunda teve 13 filhos. Nos anos 1990, mudou-se com a família para Sena Madureira. “Aqui era calmo quando cheguei com meus filhos. Mas ficou perigoso. Um dia, o Edimar veio me falar do hip-hop. ‘O que é isso Edimar?’, perguntei. ‘É dança de rua, mãe.’ ‘Apoio, meu filho.’ Fui eu a costureira das primeiras roupas frouxas desses meninos da dança.”

O grupo Favela Viva desenvolve trabalhos de grafite, pintura de murais, oficinas de artesanato, dança e lutas esportivas. “Falaram que só resolvia o problema da violência com polícia. Não resolve”, diz Edimar. “Traficante andava armado. A comunidade foi se fechando em casa. Assassinaram um jovem dentro da escola. Ninguém en-

“Essa briga a gente trava há dez anos. A gente puxando pessoas, o tráfico puxando pessoas”

Edimar de Azevedo

Mobilização

COLETIVO DIFUNDE CULTURA NEGRA

O escritor Bruno de Menezes (1893-1963), de uma família de negros do Juru-nas, na periferia de Belém, dedicou sua poesia aos tambores e batuques. O espaço reduzido que a Amazônia teria no cenário cultural desenhado no eixo Rio-São Paulo não comportaria um artista da selva que pretendia renovar as artes do Norte com seus registros e visões sobre a população negra.

No térreo de um pequeno sobrado no bairro de Canudos, Anderson Souza, de 35 anos, o Don Perna, constrói tambores com amigos e reúne jovens para entender a poesia de Bruno Menezes. Ele é um dos organizadores do Casa Preta, um coletivo voltado à difusão da cultura negra no Pará.

Filho do caldeireiro mecânico Atanácio, um paraguaio, e da cozinheira Ivone, do interior paulista, ele nasceu em Campinas e saiu de casa aos 15 anos. “Eu

queria tocar tambor.” Tempos depois, entrava para o Governo Eletrônico de Serviço ao Atendimento ao Cidadão.

A entrada no projeto de inclusão digital abriu as portas para a Amazônia, em 2005, onde começou a trabalhar, e às técnicas e estruturas dos Ministérios das Comunicações e da Cultura. Passou a adotar o Linux. “Aqui ninguém usa Windows. Só usamos software livre. É uma cultura libertária.” Ao mesmo tempo que percorria aldeias e comunidades tradicionais do Pará implantando o projeto, dividia o conhecimento e o salário com amigos. Don Perna gosta de dizer que virou hacker nos sites do governo.

Por três anos, ele realizou a Black Sfera, uma balada de música negra. As festas reuniam jovens do hip-hop e da classe média branca. Em 2009, começou a história do coletivo Casa Preta, que funciona como uma república de jovens artistas de grafite e hip-hop, lugar de oficinas de tambores e de literatura africana. Um professor universitário perguntou se não era mais apropriado chamá-lo de Casa Índia. Don Perna se queixa que a juventude negra é invisível duas vezes – pela cor e pela imagem da floresta. “A gente para no romantismo de que a Amazônia é apenas indígena. Não é só isso que vi nas minhas caminhadas por Belém.”



Casa Preta. Don Perna (à esq.), Fabio Cardoso, o Graf, e Nilza Ribeiro, a Mina

Em Belém, chacina de 11 jovens começou com texto no Facebook

Na noite de 5 de novembro, mensagens no Facebook de policiais militares paraenses pediam vingança aos “manos” pela morte de Antonio Marcos da Silva, o Cabo Pety. Em poucas horas, homens em motos percorriam armadas ruas de Terra Firme, Juru-nas, Guamá e Canudos, cinturão de favelas da periferia onde o militar atuava. Virou caçada: 11 sentenças de morte de jovens foram cumpridas.

O massacre ganhou repercussão. Mas notícias da tragédia e abertura de CPI na Assembleia Legislativa do Pará não contentaram o geógrafo José Francisco Batista, de 37 anos. Coordenador do Coletivo Terra Firme de Comunicação Popular, ele apura detalhes da Chacina do Facebook. Uma parte foi divulgada no vídeo *Poderia*

Ter Sido Você. Em dez minutos, ele relata histórias de quem pagou com a vida por estar em zona de guerra entre milícias e traficantes.

De poucas palavras e olhar sempre atento, Francisco percorre ruelas enlameadas de Terra Firme para encontrar famílias de vítimas. Com muito diálogo, entra em áreas dominadas pelo tráfico onde vivem pais desorientados pela perda. No caminho, explica que termo favela não é comum em Belém. “Aqui, agente chama de baixada.”

Na chacina do Facebook, morreram Jean Oscar da Silva, de 33 anos,

Bruno Barroso Gemaque, de 20, Alex dos Santos Viana, também de 20, Jefferson Cabral dos Reis, de 27, Márcio Santos Rodrigues, de 21, César Augusto da Silva, de 22, Marcos Murilo Ferreira Barbosa, de 20, Nadson da Costa Araújo, de 18, Eduardo Felipe Galúcio Chaves, de 16, e Arlesonvaldo Mendes, de 37, doente mental.

Na Ligação – via que virou sinônimo de área fechada pelos criminosos –, ele encontra Maria Auxiliadora Galúcio Neves, de 58 anos. Evangélica, é na Assembleia de Deus que diz encontrar forças para suportar a ausência do neto. Eduardo cursava o primeiro ano do ensino médio e tocava

pandeiro e flauta na igreja. Sua foto de cabelos descoloridos, polegares em destaque, boné de aba para trás e crucifixo dourado no pescoço está na pequena sala da casa. Além de vender churros com a avó, com quem morava desde 1 ano, ele fazia entregas na Ceasa, consertava celulares e trabalhava com serigrafia.

Horas antes da chacina, Eduardo havia ido comprar peixe para jantar com a namorada, Leonice. Quando voltou, ficou revoltado ao ver a avó olhando foto do cabo no celular. “Vó, você tem coragem de ver isso?” Foi quando ela pediu: “Não sei mais porque vai ter confusão na rua.” Eduardo ainda foi à farmácia. Ao voltar, a namorada ligou para ele ir buscá-la a duas esquinas dali. Eram 21 horas. A avó voltou a pedir que não saísse. “Vou porque se ela vier sozinha podem matá-la.” Minutos depois, ela viu motos. “Vieram quando ele dobrava a esquina. Ouvi tiros. Fiquei desesperada.”

Saudade. Auxiliadora mostra foto do neto Eduardo, um dos mortos na chacina

Homossexuais são alvo de intolerância e matadores em Rondônia

● Só neste ano nove homossexuais foram executados em Porto Velho. A cidade que abriga canteiros de obras das hidrelétricas de Jirau e Santo Antônio é uma região com alto índice de assassinatos por motivação de gênero. A matança segue o rito dos crimes de mando ou a velha prática de pedradas e pauladas. Em fevereiro, por exemplo, o cabeleireiro Lorivaldo da Rocha, de 44 anos, teve a cabeça esfacelada a pedaços de pau e bloco de lajota e cimento. Muitos assassinatos nem entram nas estatísticas. “A polícia não trata os crimes como homofobia”, reclama Niédina Gontijo, do Grupo Gay de Rondônia. A obra do Centro de Referência de Direitos Humanos está há dois anos parada. Cerca de R\$ 400 milhões chegaram a ser liberados, mas o município não executou a verba federal.





MST perde espaço no Norte. Conflitos crescem

Sem grandes grupos para fazer interlocução com governo, movimentos independentes entram em disputas sangrentas pela terra

Madrugada de 17 de fevereiro de 2015. Cinco homens armados mandam o casal de posseiros Leidiane Soares de Souza e Washington Miranda Muniz, seus filhos – Julio Cesar, de 15 anos, Sâmila, de 13, Wesley, de 9 – e o sobrinho Mateus, de 15, sair do barraco no assentamento. Sob a mira das armas, a família caminha alguns quilômetros até as margens do Estiva. Ali, adultos e crianças são retalhados a facão.

A família morava havia três semanas num lote da Colônia Estiva, antiga fazenda de Conceição do Araguaia. A terra fora dada pela associação dos assentados, mas um antigo ocupante do terreno, Ozil Ribeiro Moura, quis retomá-la. Diante da resistência de Washington, Ozil fez ameaças. Ele foi apontado como o autor da chacina.



● **Hollywood de Parauapebas**
Num raro morro ainda coberto por floresta em Parauapebas, um comerciante instalou réplica do letreiro de Los Angeles. O município da mina de minério de ferro de Carajás tem PIB per capita de “cinema” para o padrão amazônico – R\$ 100,5 mil, o 29º maior do País. Mas é o 54º mais violento do Brasil.

Nem os nomes mudam na história de violência de terra no Pará. Em 1996, um outro Ozil era assassinado. Ozil Alves Pereira foi um dos 19 sem-terra mortos pela Polícia Militar na Curva do S, um trecho da antiga PA-150, atualmente BR-155, em Eldorado do Carajás, na tarde de 17 de abril.

A barbárie da disputa pela terra no sudeste paraense é a mesma dos anos 1970, 1980 e 1990. O que tem se mostrado novidade nos conflitos da região é a dinâmica das invasões. A Colônia Estiva não tem ligações com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) ou a Federação dos Trabalhadores na Agricultura (Fetagri).

A nova realidade da região do Pará

que é o epicentro dos conflitos sociais do Brasil rural desmonta o mito distorcido de que movimentos sociais organizados são a causa das invasões ou dos conflitos. As ocupações por migrantes que saem do Nordeste, especialmente Maranhão e Piauí, em busca de trabalho crescem em meio a anúncios de investimentos de grandes obras. Agora, porém, sem os grandes grupos que fazem interlocução com os governos, movimentos de 50 a cem pessoas ocupam terras e entram em disputas sangrentas.

Marcado por burocracia e sucateamento, o Instituto de Colonização e Reforma Agrária (Incra), do governo federal, deixa a associações que nascem de um dia para o outro responsabilidades como cadastro, organização e

distribuição de lotes. A história de Leidiane e Washington, bárbara como tantas outras que se tornaram lendárias no fim da ditadura e começo da democratização, não sensibilizou o País. Não havia um movimento nacional para reclamar nos grandes centros mais uma tragédia do campo.

Atualmente, há 140 fazendas ocupadas na região. Cerca de 14 mil a 15 mil famílias moram em barracas de lona e palha à beira das estradas. “Com a crise dos movimentos nacionais e como a reforma agrária tem sido tirada da pauta pelos governos Lula e Dilma, surgiram movimentos independentes, sem vínculos com MST, Contag ou Fetagri, que reúnem 50, cem pessoas”, avalia o advogado José Batista Afonso, especialista em disputa de terra no Pará.



Bairro da Paz. Ilka Lima, presidente da associação de moradores

Invasão da Lucinha, o capítulo desconhecido de Eldorado

Manoel Moura de Oliveira foi um dos sobreviventes do Massacre de Eldorado do Carajás, em 1996. Tempos depois, virou líder de uma ocupação na Cidade Nova, em Marabá. O ex-sem-terra não sobreviveu como líder sem-teto. Em 2009, uma milícia de antigos ocupantes da área o assassinou.

Ele foi o quarto líder da Invasão da Lucinha executado. O nome do local era uma referência à filha do fazendeiro Manoel de Barros. Nem ela nem seus irmãos tiveram qualquer problema na Justiça, embora tenham sido acusados pelos sem-teto de matar as lideranças.

A invasão começou em 2007, liderada pelo casal Sônia Peroba de Oliveira e Josiel Barros Pereira, o Cabeça. Ainda naquele ano, seguranças de Lucinha teriam matado Edivan Siqueira de Oliveira, outro líder. Cabeça seria executado dias depois. Em 2008, pistoleiros mataram João Batista Goes, o Joãozinho do Jet. Sônia se mudou para destino desconhecido.

Com a morte de Manoel de Oliveira, a invasão passou a se chamar Bairro da Paz, pelo menos nas contas de luz que começaram a chegar. O lugar, no entanto, era mais conhecido como Bairro da Bala. A associação da comunidade ficou sem liderança. Foi quando Ilka Barros Lima, hoje com 33 anos, assumiu. Começaram os telefonemas de ameaça. “Só assumi porque ninguém queria ter o mesmo fim do seu Manoel. Foi crime que todo mundo viu, mas ninguém quer falar.”

Ela e o marido, Josavias Sandes, de 38 anos, professor da rede pública, estavam entre os primeiros invasores de 2007. Depois, Ilka virou secretária

de Manoel Oliveira. O casal deixara Tucumã em busca de emprego. “A ocupação surgiu às 5 da manhã. As 7, eu estava aqui.”

Mãe de duas meninas, ela relata que perdeu guerras travadas na direção da entidade, que vive da mensalidade de R\$ 5 paga por parte dos 600 associados. Recentemente, tentou evitar que famílias invadissem um terreno reservado para instalação de um parque, única área verde do bairro. Próximo ao Rio Itacaiúnas, o lugar ganhou construções de alvenaria às pressas. Ela ainda tentou costurar um acordo para moradores não derrubarem as castanheiras. Na Rua Espírito Santo, duas delas haviam sido queimadas na noite anterior. Moradores usam fossas e poços artesanais. A prefeitura estima que 5 mil famílias residam no bairro.

Ilka anda com o Estado pelas ruas enlameadas da antiga invasão. Não há posto de polícia ou de saúde. A prefeitura alugou duas construções precárias para instalar creche e escola. Ilka diz que precisa continuar no Bairro da Paz. “Moço, não é coragem, é sobrevivência.”

Araguaia. A morte recente de outra líder sem-teto de Marabá desanimou Ilka. Em outubro, Edinalva Araújo, a Dinalva do Araguaia, foi executada por dois homens no centro de Marabá. Ela disputava o controle da associação do Bairro Araguaia, outra invasão. O crime estaria ligado à venda irregular de lotes. Há exatos 40 anos, o Exército fuzilava uma homônima dela, a guerrilheira Dinalva Teixeira, do PCdoB, na mata da região.

Futuro do Xingu

TUÍRA E DILMA: VISÕES OPOSTAS

Ainda no tempo em que matava guerrilheiros na floresta, a ditadura militar planejou a hidrelétrica de Kararaó, no Rio Xingu. A obra começou em 1989. Em 21 de fevereiro daquele ano, o governo Sarney, primeiro da redemocratização, encarregou o engenheiro José Antonio Muniz Lopes, da Eletro-norte, de se encontrar em Altamira com caiapós, araras e jurunas. No esforço de conquistar os índios, Lopes prometeu tirar o nome Kararaó da obra, que na língua do tronco macro-jê significa “grito de guerra”.

Pintada de urucum e jenipapo, a índia Tuíra Caiapó, então com 19 anos, encostou um facão no rosto do engenheiro. A imagem captada por fotógrafos e cinegrafistas correu o mundo. O Banco Mundial retirou financiamento.

Mais tarde, no governo Dilma Rousseff, a obra no Xingu começaria a ser executada. O projeto foi rebatizado de Belo Monte, nome que também se refere a guerra, mais precisamente ao arraial do beato Antônio Conselheiro, arrasado pelo Exército na Bahia em 1897.

Tuíra e os caiapós até que tentaram, em 20 de maio de 2008, impedir a construção. Grupo liderado por ela feriu a socos e facão o engenheiro da Eletrobrás Paulo Fernando Rezende, em encontro também em Altamira. Sem depender de recursos externos, Dilma seria mais incisiva que o governo Sarney. Ela venceu o duelo com Tuíra.

De Marabá a Pau D’Arco, cidade no sul do Pará onde mora a índia, são 400 km de estrada precária. A viagem começa na BR-155, antiga PA-150. Cai uma chuva fina. Ônibus que transportam trabalhadores da periferia e de vilas rurais de Marabá para o centro da cidade disputam espaço com caminhões e tratores. Passageiros se espremem nos coletivos. Na madrugada, chami-

nés da Sinobrás, usina de ferro-gusa, jogam uma fumaça branca que se sobressai diante da mata ao fundo.

A BR-155 tem trechos de terra a partir de Eldorado do Carajás. Buracos se multiplicaram no começo de 2015 com o tráfego intenso de carretas que escoam a soja de Mato Grosso para o litoral maranhense – a BR-163, Cuiabá-Santarém, ainda não está concluída. O carro para na frente de um acampamento sem-terra na margem da BR-155. Em poucos minutos, militantes soltam foguetes e rojões para afastar os intrusos. Não somos bem-vindos.

Após uma parada em Xingua-ra, chegamos a Pau D’Arco. Moradores informam que Tuíra mora a 20 km da sede do município. Não há placas sinalizando o caminho no labirinto de vias de acesso a fazendas e ocupações irregulares. A aldeia de Tuíra está numa região de cerrado, com árvores retorcidas de pequeno porte. O terreno é arenoso.

O núcleo central da aldeia é formado por ocos de folhas de buriti em círculo. Por decisão de Tuíra, foi feito atrás de cada habitação um pequeno anexo, com banheiro, caixa d’água e tanque. Somos informados de que o cacique da aldeia é Kôkôto, batizado de Dudu pelos brancos, marido de Tuíra. Também exerce o papel de intérprete da mais famosa mulher caiapó.

Em poucos minutos, Tuíra aparece numa cobertura de palha, na entrada da aldeia. É uma mulher de 45 anos, cabelos longos e pouco brancos. A pintura feita há algumas semanas desaparece na pele escura. O olhar é incisivo. Vez ou outra, a altivez é quebrada com risos rápidos, que transmitem tranquilidade. Tuíra usa um vestido com desenhos de elefantes. Antes de qualquer conversa, ela percebe que nem todos estão sentados. Volta então à maloca para apanhar cadeiras.

O facão que lhe deu fama está numa das aldeias. É guardado como relíquia da história de uma mulher que teve sua vida e a vida de sua etnia transformadas. Num primeiro momento, as próprias lideranças indígenas, setores da Igreja Católica que atuam na área e ou-



Grafite colore muros com o vermelho do ferro de Carajás

Marquei com o grafiteiro do grupo Ralé Crew às 13h de um domingo de março no centro de Parauapebas. O endereço que ele passou pela rede social não existia. Só no fim do dia, após várias mensagens, ele aceitou encontro numa praça. Chegou com um colega, sem esconder apreocupação. Possivelmente, temia que sua arte estivesse na mira de um policial. Afinal, o maior mural que sua turma grafitou na cidade mostrava um robô-metralhadora.

Talvez estivesse certo, ao menos, em pensar que quem o procurava tinha suspeita da força de sua arte. Num primeiro olhar, a pintura do hip-hop, mo-



Robô-metralhadora. Reinaldo, Gilson e Tiago: arte em Parauapebas

vimento que explodiu em São Paulo e no Rio nos anos 1980, pode parecer, na Amazônia de 2015, uma garrafa sem gás de refrigerante, uma arte tardia e estrangeira numa região que tem nos

desenhos corporais de xicrins e caiapós um grafismo sofisticado.

Eu estava errado. Uma conversa com os grafiteiros de Parauapebas revela novas tonalidades de vermelho.

“Quando vim morar aqui, entrei em depressão, pois deixei uma cena forte, que era São Paulo. Mas depois conheci outras pessoas que faziam grafite e usavam o luxo e a miséria da cidade na sua arte”, diz o baiano Gilson Santos Oliveira, de 32 anos, do Ralé Crew.

O vermelho no grafite de Gilson e seus amigos remete ao chão de Carajás. Técnico de sala de controle da mina de exploração, ele aprendeu a pintar muros no Jardim São João, perto do aeroporto de Guarulhos. Foi um colega de colégio, ladrão de carros, que sugeriu que o garoto bom em desenhos procurasse a turma do grafite. “Eu estava quase na pegada da vida do crime”, lembra Gilson. “Em 2000, perdi quatro amigos numa chacina. Saíram para pichar e foram mortos.”

Há 13 anos, os pais de Gilson decidiram tentar a sorte em Parauapebas. Hoje casado e pai de uma bebê de 1 ano, Gilson saiu à procura de lugares ermos para grafitar. Sua arte o aproximou de

outros jovens que migraram em busca de emprego. Eles criaram a marca Ralé 094, referência ao código telefônico da região. Juntos, fizeram o grande mural no ponto de ônibus perto da entrada de Carajás. A escolha foi proposital. Ali costumam dormir mendigos, migrantes e usuários de drogas. A pintura de um robô em forma de lata de spray e metralhadora tem o vermelho de Carajás em destaque.

A rotina de trabalho da turma do grafite não é das mais fáceis. Trabalham em turnos de 12 horas e ganham cerca de R\$ 2 mil por mês. Termos difundi-dos há décadas em metrópoles do Sudeste ilustram com criatividade e talento uma nova realidade no Norte, ainda que nos moldes do que ocorreu nas grandes cidades num passado recente.

Há alguns anos, Parauapebas ostenta o título de capital nacional dos hackers. Em computadores da cidade, as polícias encontraram o maior número de falsificadores do meio virtual.

Dinheiro de Belo Monte acabou na Lava Jato

Ex-ministro é investigado em operação; região ainda não recebeu todos os recursos prometidos como compensação de usina

Sob o mormaço amazônico, a presidente Dilma Rousseff vestia calça e blusa vermelhas na última visita que fez a Belo Monte, Altamira, em 5 de agosto. Antes de uma coletiva, aproximou-se dos jornalistas. Enquanto ajeitava o capacete na cabeça, perguntou se eu não achava bonito o paredão de ferros e pedras. Era a barragem da nova hidrelétrica, alvo de ambientalistas e comunidades tradicionais da bacia do Rio Xingu.

Respondi que floresta em pé costuma ser mais bonita. “E ficar sem luz? Você preferiria pagar bem caro sua tarifa de energia, né?” Perguntei sobre as compensações ambientais e sociais prometidas à região. A presidente respondeu rápido: “R\$ 8 bi. Não, R\$ 7 bi”. Diante de meu comentário de que o montante não chegaria a Altamira, ela

finalizou: “Está chegando direitinho”.

O dinheiro citado pela presidente estava sendo investido, na verdade, na própria obra da usina, estimada em R\$ 16 bilhões e que já chega a R\$ 28 bilhões. Prevista para começar a funcionar neste ano, Belo Monte só deve entrar em operação em 2019.

O montante que o Planalto prometeu para compensar impactos sociais e ambientais em dez municípios foi de R\$ 3,2 bilhões, além de R\$ 500 milhões para o Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável do Xingu. Esses recursos foram anunciados em 1.º de junho de 2011, em Brasília, pelos então ministros Edison Lobão (Minas e Energia), Miriam Belchior (Planejamento) e Gilberto Carvalho (Secretaria-Geral). Na entrevista, perguntei à minis-

• Impacto

10 MIL

famílias foram atingidas pelas obras da usina de Belo Monte – 2 mil na área rural e 8 mil em regiões urbanas

tra Miriam quando de fato chegaria o primeiro centavo de compensação a Altamira. Ela disse apenas que garantia 100% de saneamento.

Quatro anos depois, a região não recebeu as melhorias prometidas. A obra alimenta suspeitas. Investigado pela Operação Lava Jato, Lobão é acusado pelo ex-diretor da Petrobrás Paulo Ro-

berto Costa de pedir e receber propina de R\$ 10 milhões da Camargo Corrêa, uma das construtoras que fazem parte do consórcio de Belo Monte. Dalton Avancini, ex-presidente da empresa, relatou o mesmo à Justiça. O advogado Antônio Carlos de Almeida Castro, que defende Lobão, rebate. “Ele será desmoralizado. Essa acusação foi desmentida pelo Youssef”, diz, referindo-se ao doleiro Alberto Youssef. Trechos de depoimentos de Youssef divulgados até agora, no entanto, não apresentam desmentidos.

Dos R\$ 3,7 bilhões prometidos como compensações, o Consórcio Norte Energia diz que foram investidos até maio R\$ 3,091 bilhões. Em nota, listou obras construídas ou previstas, incluindo rede de esgoto em fase de tes-

tes. A planilha de supostos gastos inclui escolas e postos de saúde. Os Ministérios de Minas e Energia, Planejamento e Casa Civil evitam divulgar dados sobre esses investimentos.

Cidades do Xingu vivem realidade diferente da beleza dos números. Ruas estão tomadas por esgoto e violência. Em três anos, Altamira passou de 100 mil para 150 mil moradores. A taxa de homicídios a cada mil pessoas pulou de 48 para 57. Em Vitória do Xingu, que antes tinha 13 mil e hoje tem 30 mil habitantes, muitos esperam ocupar, após as obras, as casas de zinco usadas pelas 1.312 famílias de engenheiros e encarregados. Com ar-condicionado e até três quartos, as moradias formam um condomínio fechado, uma vila de apartheid na poeira amazônica.



Em dois momentos, Tuíra Caiapó hoje e aos 19 anos, na foto que correu o mundo e paralisou obra da usina, em 1989

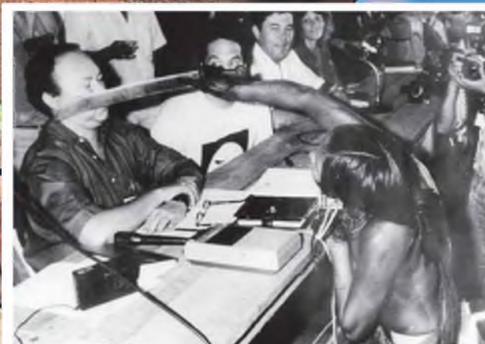
tras entidades de direitos humanos temeram o impacto do gesto da desconhecida Takaktô Tuíra Caiapó, seu nome original, diante de uma opinião pública desfavorável às comunidades tradicionais. O gesto era uma atitude extrema de um povo que considera falar a língua mais bonita da Amazônia.

Tuíra tinha 12 anos quando deixou a Aldeia Kokraimoro, na beira do Xingu, em São Félix, com o pai, Diara, e a mãe, Kredi. A família se instalou em Redenção. “Quem amansou minha avó e meu avô foi Chico Meirelles.” Tuíra conta que só conheceu o sertanista por fotografias. Era o primórdio do sertanismo, o tempo de Meirelles e dos irmãos Cláudio e Orlando Villas-Boas, todos conhecidos de sua família.

‘Branco mente’. A comunidade de Tuíra vive do plantio de batata, banana, macaxeira e outros alimentos. A terra na transição de cerrado e Amazônia não é tão fértil quanto em outras áreas. Como representante do movimento indígena, Tuíra passa boa parte do tempo longe da aldeia, percorrendo tribos. Ela reclama que o governo não os ouviu na retomada do projeto da usina no Xingu. “Cada aldeia tem um líder. Ninguém veio contar sobre o projeto. Pessoal esqueceu de mim. Sou a lutadora, a defensora.”

Ela fala do dia em que encostou o facão no engenheiro. “Mostrei na cara do homem meu facão porque o governo não foi comunicar a gente. Projeto para prejudicar minha comunidade eu não aceito.” Pergunto sobre a bebê de 3 meses que estava em seu colo. Iredjô viveu até os 13 anos. Morreu de pneumonia. “Não tinha remédio.” Hoje Tuíra tem quatro filhos e sete netos.

Ela diz que nos últimos anos foi chamada pelo governo para negociar, mas o acordo de melhorar aldeias não foi cumprido. “Pessoal engana com atas de reunião para liberar barragem. Governo é muito mentiroso, branco é mentiroso. Rouba rio, rouba terra, rouba minhas coisas.”



‘Cultura aqui tem; preconceito, demais’

Douglas Batista, o MC Raed, declama diante do búfalo grafitado por Luhan Gaba em cais de Marabá: “Cultura aqui tem/ Preconceito, demais/ Mas eu só quero paz”

Sem sair do papel, projeto de siderúrgica atrai migrantes

O problema é que o migrante chegou e o desenvolvimento não gerou empregos suficientes. Em 22 de junho de 2010, o então presidente Luiz Inácio Lula da Silva esteve num terreno baldio de Marabá, na margem da Transamazônica, para anunciar num palanque improvisado a terraplenagem para construção pela Vale da usina Aços Laminados do Pará (Alpa). Prometeu 16 mil empregos durante as obras e 5,3 mil direitos durante o funcionamento da usina. Sob pressão, a Vale anunciou que gastaria R\$ 5,3 bilhões até 2013 no projeto. O terreno continua baldio. A ex-governadora Ana Júlia Carepa foi questionada pelo Ministério Público Estadual por pagar R\$ 60 milhões a fazendeiros que seriam donos da área. Roger Agnelli, o então presidente

da Vale, espalhava que fora pressionado por Lula a colocar a Vale no campo da industrialização. A seu modo, Lula apostou que o sistema de commodities poderia ser acoplado a um projeto de economia inclusiva. Com Dilma Rousseff, Agnelli perdeu o emprego. O substituto, Murilo Ferreira, disse à presidente que manteria empregos, mas não implantaria a Alpa. Ele avaliou que a entrada da companhia na laminação seria vista como concorrência desleal por compradores de minério bruto no Brasil e exterior. Também não foram no ritmo anunciado pelo governo os projetos S11, em Canaã dos Carajás, e mesmo de Salobo, que teve interrompida a ampliação da linha produtiva. Para piorar, das 12 guelras – pequenas usinas de ferro-gu-

sa – do município, só uma mantém o forno aceso.

O prefeito de Marabá, João Salame (PROS), diz arrecadar R\$ 50 milhões por mês, incluindo R\$ 2,5 milhões de Salobo. Ao implantar o projeto de cobre, a Vale asfaltou 1,2 km e reformou seis creches. Agora, com a ampliação da ferrovia, concordou em fazer 32 km de pavimentação. “Pavimentar ruas e reformar escolas e postos de saúde estão longe de compensar o município pela migração”, afirma Salame.

Marabá fica ainda com a conta de abrigar nordestinos que tentam emprego em empresas terceirizadas de minas da Vale em Eldorado do Carajás. Sem serviço, migrantes acabam ficando na cidade. “O minério não gera cadeia de empregos”, reclama Salame, que cobra – assim como 13 prefeitos da região – R\$ 3,8 milhões de sua parte num fundo criado no tempo da privatização da Vale que acabou sob controle do BNDES.



Mancha urbana chega ao Javari, a terra dos homens invisíveis

Após epidemias de 'doenças de branco' nos anos 1970, índios agora enfrentam êxodo de jovens

O Vale do Rio Javari, no extremo oeste do Amazonas, é considerado pelas Nações Unidas uma das últimas florestas quase intocadas do planeta. Do tamanho de Santa Catarina, a reserva abriga 3,5 mil índios de cinco etnias conhecidas, fora 29 aldeias sem contato com os brancos, de línguas e costumes desconhecidos. Para escrever este caderno sobre o avanço urbano na Amazônia, era preciso tirar da memória uma viagem à região. Estive neste canto do Brasil profundo em 2002, na última expedição comandada pelo sertanista Sydney Ferreira Possuelo, hoje com 75 anos. O objetivo da viagem de 105 dias foi avaliar sinais de isolados e protegê-los de caçadores e madeireiros.

Em novembro do ano passado, Possuelo me procurou. Uma liderança indígena queria denunciar a situação da saúde no Javari. Beto Marubo era um adolescente quando participou do trabalho do sertanista de demarcação do território. Num encontro em Brasília, ele afirmou que o vale que conheci há 13 anos mudou. "Esquece o que você viu lá", avisou. "O governo não está nem aí para os índios."

Acertei a volta ao Javari. A viagem de 2002 tinha sido uma experiência marcante, mas exaustiva. Navegar pelos rios caudalosos e percorrer varadouros da floresta exigem preparo físico e mental. Também tinha receios de confrontar imagens retidas na memória com a situação atual dos índios. Em abril, embarcamos para Tabatinga. A nova viagem duraria 18 dias.

Possuelo iniciou o trabalho em defesa dos índios ainda na juventude, quando era assistente dos irmãos Cláudio e Orlando Villas-Boas. Estávamos na Funai há quase dez anos, mas nunca se desligou da causa. Para ele, o Javari vive uma transição entre dois mundos. "Quando você pega esse povo e contrapõe seus valores aos nossos não dá certo. Não há integração entre índio e cidade, só conflito", ressaltou, durante a viagem de volta ao Amazonas. "Todo o conjunto de valores da selva não funciona em nossa sociedade, que não considera o outro. É um momento de muitos embates."

O percurso a 30 km/h da base da Funai na confluência dos Rios Itaquai e Ituí até as aldeias dos matises no Branco levou 15 horas de lancha voadeira. Saímos de madrugada, com o céu

limpo. Sem cobertura na embarcação, o sol intenso castigava. Quando, no estirão, o tempo fechava, precisávamos tirar a lona para enfrentar chuvas e trovoadas. As praias dos rios e igarapés, que conheci em 2002, estavam submersas. A cheia encobria trechos da mata, formando uma floresta de árvores com as copas quase nas águas.

Matança. Os "felinos", como os matises são conhecidos, foram contatados em 1976 pelo sertanista Pedro Coelho, no Rio Ituí. Era tempo de pesquisas de exploração de petróleo, bombas lançadas de avião e ataques por terra de madeireiros. O contato foi sucedido por uma epidemia de febre. A maioria dos adultos morreu. A aldeia virou uma comunidade de crianças que não tinham completado ensinamentos milenares. Pajés e caciques estavam mortos.

Na década de 1980, antropólogos e indigenistas mostravam aos jovens índios fotos de roqueiros com piercings e tatuagens. Era uma forma de incentivar o uso de adornos de caracóis e espinhos, fincados na carne do rosto, do nariz e das orelhas, um costume da tribo. A tradição visual dos "felinos" estava mantida.

O boom do rock ficou para trás. Hoje, a luta das crianças e jovens que sobreviveram às epidemias dos anos 1970 e 1980, agora adultos nas funções de caciques e pajés, é evitar o despovoamento da floresta. O território está garantido por lei, mas as duas comunidades matises, de Tawayá e Paraíso, não conseguem deter o avanço da migração para Atalaia do Norte, Benjamin Constant e Tabatinga.

Em 2002, os matises ainda viviam às margens do Ituí. Estranhei agora estarem no Rio Branco, área de índios isolados. Soube que deixaram suas aldeias porque a caça e a pesca rarearam e as doenças ficaram comuns. Tepi, pajé das comunidades, jovem que conheci como guia na expedição de 13 anos atrás, avaliou após uma visão que era momento de os matises migrarem para outra terra dentro do Javari.

Foi uma espécie de volta ao umbigo. Há 50 anos, seus antepassados moravam no Branco. As terras banhadas por esse rio têm caça abundância. A cerca de 40 km dali, no entanto, estão aldeias de corubos isolados. Os matises,

Iluminação. Malocas da aldeia matis Tawayá têm gerador até as 22 horas



'Felinos'. Matises ganharam apelido pela tradição de fincar espinhos e adornos no rosto e nas orelhas

que falam uma língua do mesmo tronco pano dos corubos, minimizaram eventuais hostilidades dos antigos vizinhos. Há 3 anos, abriram clareiras e fizeram as Aldeias Paraíso, Tawayá e Torowak. A mudança garantiria a alimentação, mas também traria mortes e insegurança. Em 5 de outubro, seis corubos mataram Ivan e Damã Matis e feriram Tumin Tuku, enquanto plantavam mandioca. Numa rápida conversa, os isolados disseram que aquela era terra deles. Em seguida, tomaram a espingarda que Tumin usava e esfacelaram os crânios de Ivan e Damã a golpes de borduna.

Guerreiros matises chegaram a preparar as armas para uma vingança. Mas desistiram. Avisaram à Funai, porém, que não permitirão que corubos se aproximem. Eles querem que o órgão faça contato com os isolados para evitar novas mortes.

Nossa equipe passa dois dias na Aldeia Tawayá. Nos alojamos na maloca de Kuinin Matis, que participou da expedição de 2002. Chama a atenção um fogão comprado no comércio e um botijão de gás num canto da casa, tampado pela poeira, sem uso. Pode parecer mais prático usar esse tipo de fogão, mas é inviável economicamente trans-

portar o botijão da cidade até aqui.

O banho é num igarapé atrás de uma pequena roça de bananas. Um banheiro com uma fossa foi construído a menos de dez metros das águas que crianças e adultos usam para se lavar. A instalação do banheiro logo ali foi feita por agentes da Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai).

Os jovens matises são de uma geração que teve contato com a cidade e enfrenta o tempo na floresta sem os atrativos que conheceu no centro urbano. Muitos com quem conversei falam da ansiedade de ter um trabalho que lhes dê renda. Herdeiros de uma das terras mais

Mortes de crianças aumentam na reserva

Manipulação de dados ajuda a maquiagem problema; 'Não sou computador para gravar esses números', diz diretor de Saúde Indígena

De janeiro a junho, 16 crianças de 0 a 2 anos morreram no Vale do Javari. Os dados foram repassados por técnicos que atuam na região. Para a Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai), foram 12. Tanto o número oficial quanto o levantado nesta reportagem superam o total dos seis primeiros meses de 2014 - 11. Relatórios do Ministério da Saúde mencionam causas vagas, como desidratação, vômito e diarreia.

Técnicos que trabalham nas aldeias denunciam erros de procedimento e falhas de gestão da Sesai. A secretaria em Atalaia do Norte não estaria repassando a Brasília todas as informações de campo. Causas de morte são maquiadas e fatos, omitidos.

Em 17 de janeiro, Anete Cruz Marubo, da Aldeia Pentiaquinho, nasceu com problemas após ingerir líquido da placenta. Uma equipe da Sesai em Atalaia do Norte foi acionada pelo rádio. Em poucas horas, um helicóptero pousou na aldeia e deixou uma equipe. A criança precisaria ser removida, mas o piloto saiu antes e só voltou três dias depois. Anete morreu no voo para Atalaia. No relatório de 1.º de janeiro a 27 de abril, consta que ela foi vítima de hipoglicemia e baixo peso. É a versão

Dados de vacinação oficiais não batem com os de técnicos da saúde

● No ano passado, 28,3% das crianças de até 1 ano do Vale do Javari não foram vacinadas. Os números são da Sesai. Dados de técnicos da saúde mostram situações agravantes. No polo-base do Médio Javari, o percentual de crianças de até 1 ano vacinadas atinge 55%. Situação parecida ao Médio Ituí - 60%.

Yanmary Kanamari, de 1 ano, da Aldeia Remansinho, e Luís Tinihan Kanamari, de 1 mês, da São Luís, foram algumas das crianças que morreram de "pneumonia" em 2014 na região onde metas foram "alcançadas" e "o número relativamente pequeno de óbitos mensais possibilita melhor investigação", segundo o documento da Sesai encaminhado a Brasília. A secretaria de Atalaia do Norte ressalta que o índice de vacinação atinge 114% quando se estende à faixa etária até 7 anos. O número pode estar maquiado - dados de campo mostram 71,4% até 6 anos.



Tragédia. Helicóptero que atendia aldeias caiu em maio: cinco mortos

apresentada ao Estado pelo secretário especial de Saúde Indígena, Antônio Alves. "Esse óbito ocorreu no hospital. Era uma criança de baixo peso, possivelmente por desnutrição da mãe ou gravidez precoce."

Em abril, Denilson Bay Mayuruna, de 1 ano, chegou ao posto de saúde da Aldeia Fruta Pão com diarreia. O técni-

co do posto foi orientado por rádio pela enfermeira da Aldeia São Luís a fazer escalpe, uma entrada de soro na veia. O técnico disse que não podia pois não tinha agulha número 27, a espessura mais fina. A criança foi levada de barco à São Luís. O transporte levou três horas. Lá, a enfermeira aplicou agulha 19 (quanto menor o número, maior a es-

pessura) na veia da criança, que não resistiu. Relatório informa que Denilson faleceu dia 3 na Fruta Pão, omitindo a ida à São Luís, e se limita a relatar que o óbito foi por gastroinfecção, desidratação severa e choque hipovolêmico.

Também em abril, encontramos na Aldeia Paraíso um helicóptero da Moreto Táxi Aéreo, que presta serviço à Sesai. O piloto Alexandre Felix de Souza explicou que o Esquilo havia tido problemas mecânicos. Um técnico tentava consertá-lo. Semanas depois, em 29 de maio, Souza e mais quatro pessoas, incluindo duas marubos grávidas, morreram na queda do helicóptero.

O Distrito Sanitário Especial Indígena do Vale do Javari é um dos 34 que formam a estrutura da Sesai. Desde sua criação em 2010, a secretaria tem tido atuação marcada por suspeitas de má aplicação e desvios de recursos, mortes de crianças em aldeias e interesses para garantir emprego a militantes e aliados políticos. O órgão substituiu a antiga Fundação Nacional de Saúde (Funasa), criticada pela inoperância e corrupção.

O diretor do distrito do Javari, Heródoto Jean de Sales, o Tota, ilustra o perfil de boa parte dos chefes na Sesai.



ricas do Brasil, eles não têm dinheiro para comprar um short ou uma blusa, vestuário que foi incorporado ao seu cotidiano. Sem boas escolas, têm pouca familiaridade com o português, língua falada na cidade. É difícil se manter em Atalaia do Norte, onde se paga para comer e é necessário ter qualificação específica para conseguir emprego.

Monotonia. Damã Leonardo, de 21 anos, quer trocar a Tawaya pela cidade. Da mesma tribo, Binini, de 48, que mantém a tradição de perfurar o rosto, lembra que a terra deles custou sangue de parentes. Monotonia é um termo novo por lá. À tarde, jovens jogam vôlei e futebol e crianças brincam no terreiro. Com o pôr do sol, os índios descem para o rio ou se recolhem nas malocas. Uma bruma sai da floresta, encostando no céu já estrelado. A temperatura começa a cair com o início da noite. Malocas são iluminadas por fogo e geradores que funcionam até 22 horas. A maior delas, xubu amã, onde vive a família do cacique, destoa. Quando amanhece, a vida volta a se repetir. Mais velhos reclamam que os jovens vivem sem sossego, reclamando nos cantos. É assim também na Paraíso.



Duas gerações. Binini, de 48 anos, e Damã Matis, de 21: aparência reflete diferença de planos e costumes

Antes de assumir o posto, trabalhou na Funai. Deixou o órgão em meio a acusações de fazer vista grossa a mortes de índios por hepatite, promover assistencialismo e provocar intrigas entre indígenas. Saiu por cima. Por meio de contatos políticos, chegou ao comando da Sesai no município.

O trabalho de cooptar caciques não foi suficiente para ele ganhar a prefeitura de Atalaia do Norte. Derrotado na eleição de 2008, esforça-se para vencer a próxima disputa com uma máquina de 320 funcionários. Eventos de prevenção de doenças são verdadeiros atos partidários.

Não é por falta de gente nem de dinheiro que crianças morrem. Quando o Estado esteve em Atalaia do Norte, nenhum dos sete médicos da Sesai atuava nos oito polos-base do Javari. Desde que assumiu a secretaria, Tota já contratou 40 novos funcionários, a maioria para serviços gerais, cumprindo acordos eleitorais.

A convite de Paulo Marubo, coordenador de entidade que reúne líderes de várias etnias, entramos na Casa do Índio, lugar de apoio a quem sai da aldeia para se tratar em Atalaia do Norte. Condições são precárias. Falta comida, sobra lixo. Crianças e adultos lotam corredores e quartos insalubres. Ao saber de nossa presença, Tota, por celular, man-

da seguranças nos retirar. Marubo, porém, lembra que a casa pertence aos índios. Tota chega em seguida, tenso. Quer saber se a reportagem falará “mal” dele. Respondo que a intenção é pedir esclarecimentos sobre as mortes. Ele tira o celular do bolso para nos fotografar, como se colhesse provas de um crime. Mais calmo, aceita dar entrevista. Diz que considera “normal” o número de óbitos de crianças na região e alega que elas não morrem nas aldeias, mas em postos de saúde e hospitais. “Você deve saber que atendimento de saúde na cidade é responsabilidade do município, não da Sesai.” A um pedido do número de crianças mortas, responde: “Não sou computador para gravar esses números”. E põe a culpa nos pajés, que não estariam permitindo o trabalho da Sesai nas aldeias. Lideranças indígenas rebatem e dizem que os pajés são os primeiros a cobrar tratamento. De forma irônica, pergunto por que ele não entrou com processo contra os guias espirituais. Dois dias depois, Tota foi à Justiça pedir a responsabilização de pajés pelos óbitos.



Tristeza. Damã Matis, da Aldeia Paraíso, perdeu filho

‘Ele nunca foi candidato a prefeito’, defende secretário

A Sesai investiu R\$ 10,7 milhões em ações de saúde no Javari em 2014. Desse montante, R\$ 4 milhões foram para aluguel de helicópteros. Também gastou R\$ 15 milhões na contratação de funcionários arregimentados pela ONG evangélica Caiuá. É um total bem acima dos R\$ 2,2 milhões gastos pelo governo federal em 2008 na região, quando 20 profissionais faziam o atendimento de saúde nas aldeias.

O secretário especial de Saúde Indígena, Antonio Alves, defende o diretor da Sesai Heródoto Jean de Sales e chancela a versão de que as mortes de crianças ocorrem devido à “complexidade” regional e aos pajés. Ele contabiliza 12 óbitos desde janeiro. No momento da entrevista, em 15 de junho, técnicos de saúde na área haviam informado o Estado que já eram 16 crianças mortas neste ano.

Pergunto sobre o fato de Sales ter sido candidato a prefeito de Atalaia do Norte e estar em campanha para 2016. “Você tem de perguntar se confio nessa notícia. Ele nunca foi candidato a prefeito, nunca se envolveu em política.” Ratifico que Heródoto foi candidato em 2008. “Mas aí foi antes de ele entrar na Sesai. Todo brasileiro acima de 18 anos tem direito de disputar eleição. O que agente não

aceita é usar a saúde indígena para se candidatar”, afirma. Para ele, Sales é alvo de “interesses contrariados” de “cidade pequena”.

O secretário acusa pajés de impedir a vacinação de crianças. Na viagem ao Javari, só ouvi pajés reclamarem da ausência dos profissionais.

A um pedido para avaliar a relação entre Sesai e Funai no Javari, ele diz: “A Funai tem o papel dela, que não é no campo da saúde. Ela não interfere nem para mal nem para bem. As vezes até prejudica a gente”. Não é assim. A Funai tem por função acompanhar a situação dos índios.

Em nota, a Sesai ressalta que o distrito recebeu do programa Mais Médicos cinco profissionais cubanos. E argumenta que a contratação de horas-voo trouxe “grandes avanços”, “uma vez que não é possível pousar de avião em nenhuma das 54 aldeias atendidas”. “O tempo de viagem de barco entre aldeias e a sede do distrito pode durar até 15 dias. Em épocas de secas, nem barcos conseguem chegar. O transporte aéreo, por meio de helicóptero, está ajudando não somente a remover pacientes graves em tempo hábil, como colocar equipes de saúde em área com maior agilidade.”

‘Macunaíma’ SOLIMÕES INSPIROU CLÁSSICO LITERÁRIO

Foi depois de uma viagem pelo Alto Solimões, em 1927, que o escritor Mário de Andrade, morto há 70 anos, encontrou a diversidade cultural, os tipos humanos e os estilos de vida que levariam o movimento modernista, lançado cinco anos antes em São Paulo, a uma nova fase, mais voltada ao “fundo do mato virgem”. O fascínio pelo céu estrelado de uma pequena vila de pescadores – Caiçara, hoje Alvarães – garantiu o desfecho de seu mais importante livro, *Macunaíma*, o herói que sai da aldeia atraído pelo urbano.

Na expedição pelos povoados amazônicos, o escritor deixaria de se preocupar em retratar o Brasil para se concentrar no esforço de uma escrita e um pensar brasileiros, observou o biógrafo Eduardo Jardim.

Ao desembarcar em Atalaia do Norte, na época chamada Remate de Males, Mário de Andrade anotou em sua caderneta que fazia um calor de “rematar”, a malária atacava os moradores e não tinha “coisa nenhuma” no comércio para comprar. Essas observações foram mais tarde publicadas no livro *Turista Aprendiz*.

Mário de Andrade era o poeta do bom humor e da simplicidade. *Remate de Males* seria o título de um livro de poesias que mostraria o esforço do escritor em compreender um país contraditório e plural, como ele mesmo, poeta, etnógrafo, folclorista, pesquisador de música, romancista. “Eu sou trezentos, sou trezentos e cinquenta”, escrevia o poeta na abertura da obra inspirada na pequena vila na margem do Javari. A figura do regatão, os mitos indígenas, os pilantras, o sujeito sem caráter e o homem brasileiro numa interminável febre de “maleita” entrariam definitivamente em seus livros, com suas características boas e ruins.

Hoje, Atalaia do Norte tem o terceiro pior Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do País. Com média de 0,450, fica atrás de Uganda, Benin, Sudão, Togo, Haiti, Afeganistão e Djibuti, países da lista dos 25 piores em qualidade de vida.

Pastor evangélico é acusado de invadir aldeia de hidroavião

● O pastor catarinense Wilson Kanenberg, da Assembleia de Deus, invadiu em outubro, de hidroavião, o Vale do Javari. A Polícia Federal foi acionada. Em depoimento, ele disse ter recebido convite de marubos para entrar na Aldeia Boa Vista. Encontramos Kanenberg em Benjamin Constant. Na varanda de casa, ele diz que faz trabalho não apenas religioso, mas social nas aldeias. O principal projeto, segundo ele, é a instalação de poços artesanais. “Faço para os índios o que faço para meus filhos”, afirma.

Lideranças indígenas o acusam de intolerância e tentar impor costumes. “Cultura não é coisa estática. Quando você isola um povo, está fadando esse povo a acabar. Só se fizer um jardim zoológico você isola o homem. Para mim, é inveja. Não é verdade que fiz voos rasantes nas aldeias.”

Ele não esconde o incômodo de ser acusado de ser mais um evangélico fanático a impor um deus. “Você vai encontrar padre bom e ruim, pastor bom e ruim. O pessoal coloca tudo no mesmo saco”, diz. O preconceito exposto pelo pastor é camuflado com o drama da saúde. “Fico revoltado com o endosseamento da cultura. Deixam os índios com febre amarela. É uma falsa moralidade. Nós temos de tomar conta. Toda pessoa tem direito diante de Deus.”



Costume. Índios sabem em troncos de ingá para se despedir de forasteiros

Antes isolados, corubos agora pedem panelas

Conhecidos pela reação violenta contra invasores, índios que fizeram contato em 1996 já vestem roupas e querem objetos

Quando conheci Maya Korubo, uma índia ativa e de fala incisiva, na expedição de 2002, seu grupo andava nu, com corpo pintado de urucum, nuca raspada e franja saliente. Homens amarravam o prepúcio com cipó. Sem adornos sofisticados, exibiam witsun (bracadeira) e txuam (colar). Os “caceteiros”, como são chamados pelo uso implacável de bordunas, viviam isolados de etnias que se relacionam com brancos, como matises e marubos.

Nenhum povo do Alto Solimões viveu clima de guerra tão intensa quanto os corubos. Eles morreram e mataram pela terra. Os primeiros registros de sua presença são do começo do século 20, quando eram caça de seringueiros. A Funai passou a tentar contactá-los nos anos 1970, para garantir a construção da Perimetral Norte, estrada que não saiu do papel. Nos anos 1980, sob pressão de madeireiros, eles viveram uma diáspora. “Há relatos de índios da etnia tsohom-djapá, do Rio Jutai, sobre um povo agressivo, que chegou matando”, conta Fabrício Amorim, coordenador de Proteção e Localização de Índios Isolados da Funai.

A pressão também vinha de estatais. Em 1985, corubos mataram um funcionário da Petrobrás que fazia prospecção. Quatro anos depois, Maya teria influenciado um grupo a viajar até perto da base da Funai que começava a ser erguida no Ituí para obter machados. Três corubos acabaram assassinados a

tiros, incluindo o marido de Maya.

Tempos depois, Maya se desentendeu na aldeia e foi embora com o novo companheiro, Xixu, e outros índios. Ela não conseguiu levar a filha, Lalanvet. Na nova aldeia, o grupo de Maya, formado na época por 18 pessoas, aceitou contato, em 1996, com o sertanista Sydney Possuelo. O resto da etnia permaneceu isolado. O grupo de Maya tinha poucas mulheres. Há cerca de dois anos, índios foram atrás de companheiras nos grupos com os quais tinham se desentendido. Foram recebidos a bordunadas e fugiram feridos.

Da expedição de 2002, lembro de Maya espremendo caroços de urucum e pintando nossos rostos. Parecia alegre. Agora, numa manhã de maio de 2015, após uma hora e meia de voadeira, voltamos à Aldeia Tapalaya. Alguns índios vestem roupas. Nas malocas, sujeira e cachorros magros cheios de feridas, coisas que não existiam. Tenho a impressão de que só há índios nus por falta de condição. A nudez tornou-se ilustração da pobreza. O pior é que os que vestem bermuda e vestido rasgado não adquiriram o costume de lavá-los e, assim, evitar fungos e bactérias.

Maya veste bermuda jeans, blusa e chapéu. Parece ansiosa. Diferentemente de 2002, quando fomos recebidos em silêncio, os corubos prepararam uma dança. O ritual ocorre na maior maloca da aldeia, coberta por folhas de palmeira. Em meio à fumaça de fogareiros,

Governo corta 69% do orçamento destinado à proteção de tribos

● É numa pequena sala da Funai, em Brasília, que trabalha o homem responsável por 3% do território brasileiro. O geógrafo paulista Carlos Travassos comanda a Coordenação de Índios Isolados e Recém-Contatados, departamento que cuida de uma área de 30 milhões de hectares, quase 200 vezes o município de São Paulo. Nesse Brasil intocado, há 106 registros de grupos índios de costumes e línguas desconhecidos, sendo 24 confirmados, 26 referências que ainda dependem de provas e 56 dos quais existem apenas informações básicas.

dançam abraçados, olhos firmes nos olhos de quem está ao lado. Estão mais íntimos dos brancos. Também participamos da dança.

Reconheço Malevo, hoje com 34 anos, que retratei nu e com uma borduna em foto publicada no Estado em 2002. Desta vez, veste bermuda, mas mantém a arma. Em 2003, casou-se com Lalanvet, hoje com 26 anos, e teve os filhos Tixixompi, de 11, e Kétsi, de 5. Em abril de 2013, morreu a terceira filha do casal, Nailó Maluxi, de 20 dias. A Secretaria Especial de Saúde Indígena

Há oito anos na Funai, Travassos atuou no aumento do número de frentes de proteção de isolados. A coordenação monitora atualmente 12 áreas na Amazônia Legal. É um território cobiçado pelas potencialidades minerais e biodiversidade. As verbas destinadas pelo Ministério do Planejamento para o departamento, no entanto, não garantem o funcionamento das frentes. O Orçamento Geral da União previa R\$ 10,6 milhões, ao longo deste ano, para cuidar das terras dos isolados. Do total, R\$ 7,3 milhões foram contingenciados pela equipe econômica. “É necessária maior sensibilidade (do governo) nessa questão dos isolados. Trata-se de um trabalho em regiões remotas e de difícil acesso, que precisa de recursos condizentes à sua aplicação.”

(Sesai) não registrou a causa.

A malária é um tormento na vida dos corubos. No ano passado, 38 tiveram a doença. Durante nossa visita, havia três casos. O tratamento é prejudicado pela falta de um medicamento não enviado pela Sesai.

Após a dança, os corubos nos convidam a sentar em bancos em forma de tartaruga. Ali tem início uma conversa de quatro horas e meia, traduzida pelo matis Makê, que trabalha na base da Funai. “Para que fizeram contato com

a gente?”, questiona Xixu, ao reclamar da falta de assistência do governo.

Malevo diz que os homens precisam de motor e espingarda. Eles viram matises e marubos com armas de fogo e acham que também têm direito. Há poucas panelas de barro na aldeia. Índios usam mais panelas de alumínio. Maya mostra conchas e panelas de diferentes tamanhos. Quem faz a tradução é Tavan, adolescente que aprendeu português na base da Funai. Ele diz que Maya precisa de panelas, lanternas e facões. Não precisa traduzir o semblante dela. Maya não exhibe o sorriso aberto de 2002.

Natureza. Criança corubo brinca com macaco



Perto do inimigo

CIDADE ‘QUEBRA’ ESPINHA DE MAYA

A fama dos “caceteiros” garantiu a preservação do Javari. Com porretes e reação violenta à entrada de madeireiros e pescadores, corubos marcam o imaginário de ribeirinhos e brancos do Alto Solimões. Fora o grupo de Maya, contatado em 1996, a maioria segue isolada na floresta, numa espécie de proteção contra inimigos que começaram a afugentá-los e caçá-los há mais de cem anos, ainda no tempo da borracha.

Há pouco tempo, um helicóp-



De 2002 a 2015. A Maya de 13 anos atrás, pintada de urucum, e a de agora, vestida com bermuda e chapéu

tero da Marinha desceu perto da aldeia de Maya para buscar sua filha, Manis, com problema no parto. Quando a aeronave sobrevoava Atalaia do Norte, cidade de 5 mil habitantes, Maya se assustou com o número de casas. A Beto Marubo, que lhe servia de tradutor, perguntou: “Tudo isso aí embaixo é o quê?”. “Casas de nauas”, disse Beto, referindo-se a brancos. “É parente do que a gente matou?”

Diante da resposta afirmativa, ela se calou por um tempo. “Pensei que nauas eram poucos. Vou falar para parentes não matarem mais. Nauas são muitos.”

Na definição de indigenistas, a “espinha” de Maya se quebrava. É o termo usado para definir o momento em que um índio tem consciência da força e do grande número de brancos e passa a se retrair, perder a virulência e a altivez dian-

te do inimigo. Possivelmente, Maya antes pensava que seu grupo tinha condições de enfrentar os brancos sem temer vingança. É uma história que sensibiliza mesmo quando você está acostumado a ouvir clichês sobre a destruição do mundo natural.

A Polícia Federal teve de montar uma operação de guerra para proteger as duas corubos em Atalaia do Norte. Uma multidão cercou o

lugar onde estavam ao saber da presença delas. Muitos gritavam por vingança.

Em meio ao sucateamento das bases de fiscalização do governo no território homologado em 2001, grupos isolados de “caceteiros” continuam de sentinela ao longo dos Rios Branco e Ituí. Ninguém se arrisca a dizer quantos são. É certo que a Amazônia não é apenas uma. Há 13 anos, a invisibilidade era uma opção desses índios. Agora, mais visíveis, parece que nosso mundo externo continua não os aceitando como sujeitos.

Uma cena da última visita à aldeia de Maya repete o que vi na expedição de 2002. Crianças da tribo sobem em ingás que fazem sombra no pequeno ancoradouro do Ituí para se despedir. Permanecem nos galhos até a voadeira ganhar distância. É como se sentissem necessidade de aproveitar cada instante ao lado de forasteiros de um mundo que os assusta e os atrai.